

CONTRA A CARESTIA: POVO NO CATETE

ROBORÉ:
SUBMETER AO CONGRESSO

O presidente da República vem de aprovar as conclusões do Conselho Nacional do Petróleo, relativas à exploração do petróleo boliviano por empresas privadas brasileiras. Em que pese ter sido parcialmente desautorizada a posição do sr. Roberto Campos — que excluía daquela exploração as firmas que buscassem recursos apenas no Brasil — a decisão do CNP não nos parece a que coincide com os interesses nacionais. Efectivamente, como temos demonstrado e como neste mesmo número o leitor poderá encontrar no primeiro dos três artigos do engenheiro Lobo Carneiro sobre o assunto, é indispensável o exame, pelo Congresso Nacional, das notas reversais de Roboré. Implicando, virtualmente, numa substituição do Tratado de 1938 por um outro instrumento, bastante diverso, é evidente que a sonegação do exame da matéria pelo Congresso constitui uma irregularidade, que pode e deve ser sanada.

Trabalhadores, donas-de-casa e estudantes de São Paulo resolveram, ante o alarmante crescimento do custo da vida, organizar a "Caravana Contra a Carestia", composta de representantes de 7 Federações operárias, 191 sindicatos, 300 organizações de bairro, 75 grêmios de estudantes universitários e 50 de estudantes secundários, para se dirigir à Capital da República, no próximo dia 19, com o objetivo de entregar ao presidente Kubitschek um memorial de protesto contra a atual política de preços do Governo e de sugestões sobre medidas que deverão ser tomadas.

MINAS E R. G. DO SUL

Também as organizações sindicais de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul resolveram aderir à iniciativa dos trabalhadores paulistas, e comprometendo-se a participar da "Caravana Contra a Carestia", enviando numerosas delegações ao Distrito Federal no próximo dia 19. Os gaúchos, segundo estamos informados, enviarão uma delegação composta de 50 representantes sindicais e es-

Caravana paulista trará (dia 19) 800 pessoas representando 7 Federações operárias, 194 Sindicatos, 300 organizações populares, 125 grêmios estudantis — Delegações de Minas e Rio Grande do Sul — Apoio dos trabalhadores cariocas — O deputado Losacco antecipa a NOVOS RUMOS alguns pontos do memorial que será entregue a JK

tudentis, enquanto que os mineiros prepararam-se para incluir na Caravana cerca de 100 representantes sindicais, estudantis e de organizações populares.

CARIOCAS APOIARÃO

Em reunião havida nos primeiros dias da semana na sede da C. N. T. L. nesta Capital, entre representantes sindicais paulistas e cariocas, ficou assentado que uma comissão de líderes sindicais do Distrito Federal viajaria, na próxima segunda-feira à noite, com destino à capital paulista, onde deverá avistar-se com os organizadores da Caravana, visando não só a uma possível adesão dos trabalhadores cariocas ao empreendimento já progra-

mado, mas, principalmente, ao estabelecimento de pontos-de-vista comuns, que possibilitem a formação de um movimento nacional pela contenção do custo da vida.

ENTENDIMENTOS COM J. K.

Com o objetivo de abrir o caminho para a Caravana, que partirá de São Paulo com cerca de 800 pessoas, conduzidas por 20 ônibus, os membros do Pacto de Unidade Intersindical tiveram oportunidade de se avistar com o presidente da República, a fim de pô-lo a par do caráter pacífico e ordeiro da Caravana que virá de São Paulo no dia 19 do corrente para examinar as medidas que es-

tao sendo tomadas pelo Governo Federal no combate à carestia de vida, e prestar-lhe minuciosos esclarecimentos sobre os objetivos e a organização da referida caravana.

MINISTRO IRA A SÃO PAULO

Do encontro com o presidente da República, ficou definitivamente estabelecida a vinda da Caravana no próximo dia 19. O ministro do Trabalho, sr. Fernando Nóbrega, atuando como coordenador entre os trabalhadores e a Presidência da República, dirigirá a São Paulo, sexta-feira, para, na sede do Sindicato dos Empregados do Comércio, às 18 horas, entrar em contato com

os dirigentes sindicais paulistas a fim de tomar conhecimento das medidas por eles sugeridas, e de receber o respectivo memorial a ser dirigido ao presidente da República, uma vez que o sr. Juscelino Kubitschek manifestara o desejo de tomar conhecimento prévio do referido documento, para que possa respondê-lo no encontro do dia 19.

ORADORES

Ainda no encontro que os dirigentes sindicais tiveram com J.K. no Catete ficou estabelecido que apenas três

oradores farão uso da palavra: um representante sindical, um estudante e um delegado das organizações populares. Logo após, falará o presidente da República.

ASSEMBLEIA POPULAR

Com o objetivo de dar conhecimento ao povo paulista dos resultados do encontro da Caravana com o chefe do Governo, as entidades sindicais, associações de amigos de bairros e organizações estudantis paulistas, estão desenvolvendo intensa atividade, visando à prepara-

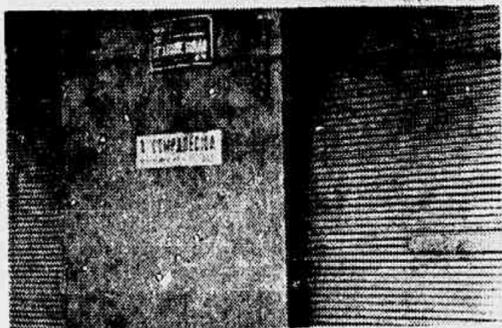
(Conclui na 1ª página)

ANO I — RIO, SEMANA DE 13 A 19 DE MARÇO DE 1959 — N.º 3

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

Em Goiânia: A Juventude Estudantil Caçada a Bala, Em



FOGO PARA MATAR — Fotografamos nas paredes dos edifícios de Goiânia as perfurações de balas, todas a meia altura, isto é, o alvo era o corpo dos estudantes e transeuntes alheios ao caso

OS FATOS

As vésperas do cruel e sangrento assalto da polícia de Goiânia contra os estudantes secundaristas que pleiteavam, legalmente, a revogação das extorsivas taxas estabelecidas pela "Portaria 31", o governador do Estado, José Feliciano, não só assumia compromissos, os mais amplos, de garantir as pacíficas manifestações estudantis, como avançava ainda, considerando a hipótese de ajudá-los fornecendo um carro (camioneta) do próprio palácio.

Os jovens, que constituíam a comissão estudantil chefiada pelo presidente da União Goiana dos Estudantes Secundários, José Martins de Azevedo, deixaram o palácio encorajados e dispostos a continuar pleiteando suas justas reivindicações.

As provas de garantias plenas, oferecidas pelo governador, estenderam-se ao ponto de telefonar, pessoalmente, para o Secretário de Segurança, sr. Thales Reis — diante da comissão estudantil — determinando-lhe que não interferisse nas manifestações estudantis e, mais, mantivesse o policiamento da cidade longe do percurso dos piquetes dos secundaristas. Contudo, embora as amplas demonstrações de solidariedade do próprio governador, os estudantes não desprezaram as exigências burocráticas, comunicando ao Secretário de Segurança suas intenções e solicitando autorização para a realização do movimento.

A mocidade estudantil percorreu as ruas de Goiânia e Campinas, dividida em piquetes. Como haviam tomado compromisso formal de garantir o policiamento da cidade, contra a penetração de desocupados ou delinquentes, em suas fileiras, as manifestações correram dentro da mais absoluta ordem. Foram mesmo surpreendidos com a solidariedade do comércio e de toda a população, que não regateavam demonstrações de carinho ao movimento.

Ao cair da tarde do dia 5 (o da sangueira) já algo de estranho nublava o ímpeto dos jovens e lhes criava leve ponta de desconfiança.

SINISTRA EMBOSCADA

A sangueira foi urdida pela polícia com rara habilidade e bastante antecedência — Ferimentos das vítimas e perfurações de balas nas paredes dos edifícios provam que os tiros não foram dados para o chão ou para o ar, eram mesmo para matar — «Não se preocupem, disse alguém durante a chacina, são tiros de festim» —

(Reportagem de A. BUONO JÚNIOR)

E' que, contrariando todos os compromissos assumidos e as determinações do Governador, o Secretário de Segurança determinou que unidades da Radiopatrulha acompanhassem os grupos que se espalhavam pela cidade.

Por volta de 20 horas, cansados e empoeirados, resolveram encerrar as manifestações com breve exortação na Praça Cívica (centro de Goiânia) e retirar-se. Assim, após breves palavras de José Martins de Azevedo, entoaram o hino nacional.



JOÃO GUIMARAES DOS SANTOS — Jovem soldado da Polícia de Goiás que se recusou teminantemente cumprir a ordem de fuzilar os estudantes

Recuou o Governo Reabrem-se As Escolas

O ensino não pode continuar a ser fonte de lucros para os donos de colégios

Enorme faixa em frente à sede da União Nacional dos Estudantes saíra como "uma grande vitória" o término da greve que, durante alguns dias, paralisou todos os estabelecimentos de ensino secundário do país. Lutando contra a carestia e reivindicando o direito de estudar, os escolares exigiam a revogação da portaria ministerial que aumentava as anuidades em 35%. Graças à combatividade com que se empenharam na luta e ao apoio que encontraram dos trabalhadores e de toda a população, os estudantes levaram o governo a recuar, reduzindo para 10% o aumento máximo permiti-

do para as anuidades escolares de 1957.

Além disso, de acordo com a nota oficial distribuída a imprensa, comprateu-se o Presidente da República a ampliar a rede federal de ensino médio, a cumprir o dispositivo constitucional que determina uma quota de 10% da receita tributária para as despesas com o ensino e a apressar a aprovação do projeto de Diretrizes e Bases da Educação.

Vitoriosos, os estudantes voltaram às escolas, abanand as faltas dos dias de greve. Em nota oficial, as entidades estudantis prestam homenagem aos "bravos colegas de Goiânia, que pagam nos lei-

tos de hospitais o maior tributo pela vitória", agradecem o apoio dos trabalhadores e dos pais de família e advertem que exercerão uma "vigilância permanente dos compromissos assumidos pelo governo da República".

A solução encontrada pelo governo — que passara a contribuir com 25% para os proprietários dos colégios — vem ao mesmo tempo empapar que a solução verdadeira para o problema do ensino e a sua completa oficialização. Os fatos estão mostrando que o ensino não pode continuar a ser um negócio — rendoso para os donos de colégios e extorsivo para os estudantes e pais de família.

É Possível Vencer

O sucesso do movimento grevista dos estudantes secundários contra a alta excessiva das anuidades escolares representa um êxito parcial, mas significativo, na batalha que o povo trava contra a carestia e a política econômica do governo.

Impondo a vitória de suas reivindicações, através de um movimento tenaz e organizado, os estudantes provaram mais uma vez que a resistência popular contra a elevação descontrolada dos preços pode obrigar o governo a dar volta-atrás, a recuar em sua orientação alista. As lutas unitárias e coordenadas dos trabalhadores, da classe média e dos setores progressistas do patronato, à medida em que assumem a feição de lutas de massas, desempenham um papel político da maior importância e forçam o governo vacilante e contraditório do sr. Kubitschek a inclinar-se para o lado dos interesses do povo.

A juventude dos colégios demonstrou que a batalha contra os altos preços pode ser ganha. Não se justifica o ceticismo — fomentado muitas vezes por interesses egoístas — dos que pregam a inutilidade da campanha popular contra a carestia. sob a alegação de que a alta dos preços seria determinada por causas objetivas e teria, assim, um caráter inexorável. E' certo que a inflação e a carestia estão relacionadas com problemas básicos, decorrentes da própria estrutura econômica do país: a dependência ao capital monopolista estrangeiro, o atraso de nossa economia agrária e o próprio processo de rápida industrialização. Nos últimos meses, a brusca elevação dos preços decorre de causas mais imediatas, ligadas à política realizada pelo governo do sr. Kubitschek, sob a inspiração de interesses antinacionais e antipopulares, no terreno do comércio exterior, no setor cambial, na esfera do crédito e do sistema tributário. E' possível, portanto, atenuar os efeitos negativos da inflação e reduzir o ritmo de elevação dos preços, se o governo mudar os rumos de sua política econômico-financeira no sentido indicado pelas forças populares e nacionalistas.

A vitoriosa ação dos estudantes, seguem-se novas manifestações populares. Grande significação terá a marcha dos trabalhadores paulistas, que desejam expressar ao governo seu protesto contra a carestia e apoiar as medidas que venham a ser tomadas para detê-la.

Diante do caráter pacífico e organizado dessas manifestações, a repressão violenta ensaiada por alguns setores reacionários do governo só pode contribuir para desmoralizar ainda mais as autoridades. Metralhando inermes estudantes em Goiânia, a polícia não conseguiu afogar em sangue o seu justo protesto. Ao contrário: despertou novos e maiores protestos, indignou a Nação. E o governo foi obrigado a recuar.

Agora, o coronel Danilo lança ameaças contra os trabalhadores paulistas, quer impedi-los de exercer um direito assegurado pela Constituição. O povo enfrentará tais ameaças fortalecendo sua unidade e sua organização. Elevará mais alto o seu protesto. E vencerá.

PARAGUAI — PAIS HIPOTECADO

Em Crise a Ditadura Do Tirano Stroessner

Como as reações nucleares em cadeia, depois dos acontecimentos que levaram à queda de uma série de ditaduras antipopulares na América Latina (terminando por Venezuela e Cuba), estremeram as bases da tirania de Alfredo Stroessner no Paraguai.

O sinal mais evidente de que estão contados os dias da ditadura sangrenta de Stroessner é que se dividem as próprias forças políticas em que ela se apóia.

Ausência de Liberdade

Desde sua ascensão ao Poder, Stroessner liquidou as liberdades democráticas no Paraguai. Pós fora da lei os partidos políticos. Eliminou a liberdade de imprensa. Restou um único partido — o Colorado — congregando os setores mais reacionários da burguesia e do latifúndio, estreitamente unidos aos monopólios dos Estados Unidos. Os partidos mais influentes e que representam as camadas médias e os trabalhadores —

o Febrerista, o Liberal e o Comunista — estão reduzidos a ilegalidade. Em matéria "eleitoral" impera a lista única dos candidatos impostos pelo Governo.

O ditador paraguaio tem tomado muitas medidas com a máscara da legalidade ou apoiando-se na Justiça. A Justiça foi inteiramente corrompida e serve aos desígnios ditatoriais. As garantias individuais estão suprimidas. Domina de longa data o "estado-de-sítio", a cuja sombra o ditador proíbe, punir qualquer manifestação de vontade popular.

Vendido ao Imperialismo

O governo de Stroessner se tem distinguido pelo seu reacionarismo extremo e por agir como simples junta executiva da vontade do capital norte-americano no país. E não podemos esquecer que o Paraguai, nos últimos tempos, tem sofrido a desgraça de governos serviais dos impe-

rialistas lanques, como o de Morinigo ou Estigarribia.

Quando se afirma que Stroessner é um agente dos trustes americanos, não se usa uma força de expressão. Sua reeleição foi abertamente patrocinada pelo capital americano interessado na exploração do petróleo paraguaio. E a reeleição, como se sabe, não passou de uma farsa. Já em 1955 o Partido Comunista paraguaio denunciava ao povo a imoralidade da construção de oleodutos, estradas e aeroportos no país de acordo com interesses comerciais ou estratégicos dos americanos. Em 1957, Stroessner concedeu a grandes empresas dos Estados Unidos privilégios para a exploração do petróleo do Chaco. Comprometeu-se a restringir a cultura do algodão, a fim de

não dificultar o comércio internacional deste produto, de que os americanos tem enormes excedentes.

Terror Contra os Patriotas

É desconhecido o número de presos políticos no Paraguai. Sabe-se porém que os velhos campos de concentração abertos pelo ditador Morinigo foram conservados por Stroessner. Os cárceres estão cheios ainda hoje. São políticos de diversas tendências — mas sobretudo filiados ao Partido Comunista, ao Febrerista e ao Liberal. O número de comunistas, naturalmente, é o maior. Entre outros podemos citar os nomes de Antonio Maddana, membro do Biro Político do PC paraguaio, querido dirigente da classe operária guarani; do professor Julio Rojas, o líder camponês Alfredo Alcorta. Como aconteceu com Obdulio Barthe, posto em liberdade há alguns anos pela solidariedade ativa dos comunistas e democratas da América Latina, as vítimas das perseguições de Stroessner são privadas de tudo nas masmorras onde se encontram.

Nos últimos dias numerosos perseguidos políticos paraguaios têm fugido para a Argentina, pois ante o agravamento da situação no país e as novas medidas repressivas adotadas pela ditadura não se sentem eles em segurança. Calcula-se que uma terça parte da população do país — que totaliza 1.600.000 pessoas — exilou-se nas zonas fronteiriças com a Argentina.

Divisão no Partido Governista

Este mesmo agravamento da situação e a instabilidade evidente da ditadura de Stroessner é o que remaniram uma cisão nas hostes do partido governista, o Colorado. Trata-se de uma organização bastante heterogênea, embora de tendência geral conservadora e reacionária. No entanto, uma ala do Partido e a maioria de seus militantes de base se opõem agora à política do setor militar, representado por Stroessner. Os partidários do "Colorado" Romero Pereyra, segundo "La Prensa" de Buenos Aires, são perseguidos pela ditadura. Pereyra exilou-se em Montevideo. Entre seus seguidores há cores de uma corrente de presos. Uma ala do partido advoga a entrega de armas aos "colorados" para a "defesa das instituições", enquanto o setor militar é contrário a esta medida, temendo naturalmente que essas armas se voltem contra o próprio ditador.

A crise atingiu a própria Igreja Católica do Paraguai, até há pouco um dos principais sustentáculos da tirania de Stroessner. Tal como aconteceu nos últimos dias da ditadura de Batista em Cuba, a Igreja dividiu-se. Um setor do clero condena a arcebispado de Assunção por sua fraqueza ante os desmandos oficiais. É um sinal de que as posições de Stroessner são realmente periclitantes.

Forma-se a Junta Patriótica

Recentemente organizada, a Junta Patriótica Paraguaya acaba de denunciar as ameaças e repressões sangrentas e as perseguições indiscriminadas da ditadura. Um seu documento dado a público afirma que mulheres e crianças são tomadas como reféns e os sacerdotes são impedidos de visitar os presos políticos. O terror é usado como arma para fazer calar os protestos ante os atos de crueldade. A isto, acrescenta o documento da Junta Patriótica, soma-se a penúria econômica que atravessa o país.

A Junta Patriótica Paraguaya diz-se constituída por cidadãos paraguaios, patriotas e democratas, excluídos os comunistas, tendo por finalidade a derrocada da ditadura de Stroessner. Pretende-se resolvida a recorrer a

todos os meios para assegurar seus objetivos, que são entre outros os seguintes:

- a) Destruir a ditadura e implantar um Estado de direito; b) levantar o estado-de-sítio; c) conceder anistia aos presos políticos; d) restabelecer os direitos e garantias individuais; e) reconhecer a liberdade de organização a todos os partidos democráticos; f) restaurar a liberdade de imprensa e de opinião; g) promover o regresso ao país de todos os exilados políticos; h) punição para os torturadores e responsáveis por crimes cometidos durante a época ditatorial.

O PC — Força Ponderável

Os organizadores da Junta Patriótica ainda impedem a formação de uma ampla frente única contra a tirania de Stroessner, uma vez que, afastando o Partido Comunista, estão automaticamente pondo à margem consideráveis setores da classe operária e do campesinato que seguem tradicionalmente os comunistas, cuja influência é crescente entre os trabalhadores. Além disso, os comunistas ganharam o respeito e o reconhecimento de outros setores da população paraguaia por sua firmeza ao enfrentar as repressões da ditadura, de que têm sido as principais vítimas.

De qualquer forma, desde que admite a restauração das liberdades democráticas, a Junta Patriótica, se for conseqüente, terá que admitir a atuação legal dos comunistas, como uma força ponderável na reorganização do país. Do contrário, seria deixar caminho aberto à volta de outra ditadura qualquer sucedendo a Stroessner, como Stroessner sucedeu a Estigarribia e Estigarribia a Morinigo.

A Justiça e a Situação do País

O documento da Junta Patriótica Paraguaya contém uma passagem digna de atenção. É a que se refere à situação crítica da economia do país, há décadas explorado e dessangrado pelos trustes norte-americanos. Afirma o documento que o Paraguai "é um país hipotecado" e que, "no constante empenho de conseguir recursos, a ditadura não tem escrúpulos de entregar as forças energéticas do país a potências superdesenvolvidas, em condições mínimas".

Reconhece, portanto, a Junta que o país está de pés e mãos atadas ao imperialismo norte-americano, mas tem recelo de dizê-lo abertamente.

O PC Reclama a Unidade

Um dos últimos documentos que conhecemos do Partido Comunista do Paraguai sobre a situação do país dizia:

"Nosso povo não se deixa intimidar pela obsessão Sentense animado pelo exemplo da Venezuela (ainda continuava a ditadura de Batista em Cuba — Nota da Redação), confirmando o que sempre disse o Partido Comunista: Somente a luta unida e decidida dos operários e camponeses, dos estudantes, de todas as forças antiditatoriais pode abrir caminho para a conquista da liberdade completa e de uma verdadeira democracia".

Na mesma sentença se tem pronunciado ultimamente o Partido Febrerista, os Jovens Liberais, o padre Talavera: unidade para lutar com a ditadura e restabelecer a democracia no Paraguai.

Não há dúvida de que todos os democratas da América Latina vêm com a máxima simpatia o movimento crescente das forças democráticas no Paraguai, um dos últimos focos de tirania que resta no Continente.

QUEM É STROESSNER



O atual carrasco do povo paraguaio projetou-se na vida política na enxurrada da guerra do Chaco. Enquanto os povos do Paraguai e Bolívia se dessangravam e, com seu sangue, amassavam lucros os trustes de petróleo americanos e ingleses, Stroessner — então chamado "o coronel Valijera" — realizava a instrução de soldados que deveriam morrer pelo capital estrangeiro.

Seu nome de origem alemã não aparece nos comunicados de guerra. Seu apelido se deve a um "feito heróico" durante a insurreição armada de 1948. Nessa ocasião Stroessner, temendo ser aprisionado pelas forças insurretas, pediu asilo na Embaixada do Brasil.

Sua habilidade consiste em saber afastar todos os que lhe fazem sombra. Assim fez com os generais Vellia Abalos, Montanara, Diaz de Vivar e Morinigo. Mais tarde repetiu o golpe contra Frederico Chaves. Chegou à presidência numa farsa eleitoral em que foi candidato único. Estavam ausentes das urnas os Partidos Comunista, Febrerista, Liberal e setores do próprio Colorado, o seu partido. Milhares de elementos dessas organizações partidárias estavam exilados no Brasil, Argentina, Uruguai e México.

Suas gestões como Presidente são a de um tipo "entreguista". Seu hobby: criar cachorros. Outro: uísque. É famoso por suas orgias noturnas.

Espera-se que, uma vez decaído, se fugir à ira popular, conseguirá chegar aos Estados Unidos, aos quais está tão estreitamente ligado.

CRÔNICA INTERNACIONAL

SIGNIFICATIVA VITÓRIA DOS COMUNISTAS NA FRANÇA

Domingo último, realizaram-se na França eleições municipais, para eleger 500 mil conselheiros em todo o país. O escrutínio pelo sistema majoritário, que tão bons resultados deu a de Gaulle no pleito de novembro do ano passado (reduzindo drasticamente a representação do Partido Comunista quase a zero, embora esse partido continuasse o primeiro da França), produziu agora frutos inesperados.

O Partido Comunista não somente reafirmou sua posição, como inclusive aumentou em grande proporção seus votos em numerosas cidades. Em Paris, por exemplo, é o primeiro partido, com 30 por cento da votação, enquanto o segundo lugar, ocupado pela União da Nova República (de de Gaulle), vem a grande distância, com 21%. Dos 90 conselheiros municipais de Paris, 29 serão comunistas (em vez dos 27 anteriores). Em outras grandes cidades, onde o sistema eleitoral foi proporcional, a derrota dos degaulistas e a vitória dos comunistas foi igualmente espetacular. Assim aconteceu em Lyon, Marselha, Saint-Etienne, Toulouse, Lille.

Esta forma, apenas 4 meses depois do pleito que parecia uma estrondosa vitória de de Gaulle, resultante das tergiversações possibilitadas pela nova lei eleitoral, nem essas tergiversações valeram. "Deram resultados totalmente opostos aos procurados" — reconhecem as próprias agências telegráficas franco-americanas.

Os resultados das eleições francesas vão muito além da simples representação parlamentar. Refletem o rápido desprestígio do "homem providencial", do "homem forte" — de Gaulle. É verdade que uma grande porcentagem do eleitorado que compareceu às urnas em 23 e 30 de novembro do ano passado e que sufragou os candidatos da UNR tinha ilusões em de Gaulle. Esperava que, em primeiro lugar, trataria de encontrar uma solução pacífica para a guerra da Argélia. Isto não aconteceu: a guerra colonial na Argélia prossegue, devorando vidas de franceses e fabulosas somas do erário público. Essa parte ingênua do eleitorado também sonhava que de Gaulle tomaria medidas para melhorar as condições de existência dos trabalhadores. Verificou-se precisamente o contrário: aumentaram verticalmente os impostos, determinando uma considerável alta do custo da vida. Considerável parcela do povo francês tinha ilusões em que de Gaulle daria sua contribuição para aliviar a tensão internacional, diminuir os perigos de uma guerra no mundial Tal não sucedeu. De Gaulle anunciou que a França ingressaria na corrida às armas atômicas e passou compactuar com Aderauer no rearmamento da Alemanha Ocidental.

Mas o grande golpe foi desferido nos grupos fascistas, nos generais "ultra" da Argélia, nesses mesmos que dão vivas ao traidor Pétain quando de Gaulle desembarca em Argel. Agora, sem dúvida, eles gritarão mais enfurecidos ainda. Suas ameaças — inclusive de desembarque de pára-quedistas na França — crescerão. Não conseguirão, porém, decidir pela força o que não puderam decidir pela tramóia eleitoral de novembro do ano passado. As forças vivas da nação francesa reagem vigorosamente ante o perigo de uma guinada da França para o fascismo. A vitória dos comunistas no pleito de domingo é uma garantia de que a República e a democracia serão salvaguardadas no grande país latino.

Não Se Repetirá!



Há 20 anos, a 15 de março de 1939, as divisões hitleristas penetravam na Tcheco-Eslaváquia, dilacerada pela traição das potências ocidentais em Munique. A Boêmia e a Morávia eram ocupadas pelos nazistas com suas "panzer". O Estado Eslovaco constituiu-se como uma sucursal do nazismo.

Era o primeiro fruto podre da política das potências imperialistas de rearmar a Alemanha para lançar a contra a União Soviética. Hitler dava o primeiro passo decisivo para sua "marcha sobre o Leste".

Transformara-se em papel molhado o tratado de defesa firmado pela França para salvaguardar, ao lado da URSS, a independência da Tcheco-Eslaváquia. Somente a União Soviética se mantinha fiel a seus compromissos, denunciando Munique como uma traição infame e uma grave ameaça à paz mundial.

O povo tcheco-eslovaco jamais se submeteu aos algos hitleristas. Os patriotas tchecos eslovacos justificariam o carrasco Konrad Hanlein, lugar-tenente de Hitler para Boêmia e Morávia. E não dariam tréguas aos ocupantes.

Sais anos mais tarde, com a ajuda decisiva das tropas soviéticas, que marchavam para Berlim — o covil da fera fascista alemã — a Tcheco-Eslaváquia recuperava a independência e a liberdade.

As fatos acima fixam as duas datas extremas: o povo de Praga corre os punhos e chora de ódio patriótico ferido ante os ocupantes de sua Pátria a 15-III-39; na segunda foto, o povo nas ruas da Capital da Tcheco-Eslaváquia (Praça Wlatzlav) a 9-V 1945 festeja a vitória: populares confraternizam com os soldados da libertação, cuja ofensiva terminara nos escombros do Reichstag.

NA RAIZ DA CARESTIA:

DÓLAR QUE ENTRA, MAIS CARO; DÓLAR QUE SAI, MAIS BARATO

**Não pode haver sinceridade nos esforços para a contenção do custo da vida, se a política econômico-financeira do Governo leva ao esfo-
meamento do povo e a mais facilidades para empresas estrangeiras**

A menos que o governo promova uma imediata e substancial modificação na atual política econômico-financeira — notadamente a política de câmbio —, as anunciadas medidas de combate à carestia carecerão de seriedade. Meros paliativos, que apenas dissimularão em escala mínima a gravidade do problema, não passarão de expedientes demagógicos. Esse o pensamento dos membros da Frente Parlamentar Nacionalista que, em recente reunião, condensaram nestes três pontos suas idéias sobre a questão:

1 — as medidas atuais do governo autorizam o reconhecimento de uma tendência para a implantação total do câmbio livre, altamente nociva à economia nacional;

2 — o sistema unilateral do comércio exterior não permite a abertura de novos mercados à exportação brasileira;

3 — impõem-se medidas legais que disciplinem, em favor da economia nacional, a remessa de lucros das empresas estrangeiras.

A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO EXTERIOR

As conclusões a que chegaram os parlamentares da Frente Nacionalista são tanto mais importantes porque mostram que começa a se estender a compreensão de que a política econômica interna do país e pois, a inflação e a carestia de vida, são inseparáveis da política externa. Numa palestra informal com

a reportagem de NOVOS RUMOS, o deputado nacionalista Colombo de Souza (PSD, Ceará) chamou a atenção para o papel de verdadeiro regulador da economia nacional, exercido pelo comércio exterior. Se, pois, o país continuar preso aos atuais esquemas de comércio exterior, é lógico que continuará a sofrer prejuízos. O fato de só negociarmos, praticamente, com o Ocidente (as incluídas metrópoles e colônias), tira ao Brasil o poder de opção, de barganha, essencial ao comércio e a consequência é o aviltamento dos preços daquilo que vendemos e, pois, a redução das entradas de divisas para o país. Além disso, cumpre notar que no comércio com os Estados Unidos muitas das nossas linhas de exportação são concorrentes com as americanas. Significa que as vendas de tais produtos no Ocidente não podem aumentar, e, ao contrário, freqüentemente se reduzem. Mas, por outro lado, como não podemos paralisar sua produção, esses produtos exportáveis, que deviam ser uma fonte de riqueza para o país, tornam-se, inversamente, uma carga para o povo brasileiro que é quem paga a manutenção dos estoques de café, algodão e demais produtos não exportados.

EVASÃO DE RIQUEZAS DO PAÍS

O deputado Sérgio Magalhães, vice-presidente da Câmara, revela como estão relacionadas as remessas de lucros das empresas estran-

geiras com a vertiginosa alta do custo de vida. Em 1956, as inversões estrangeiras no Brasil foram maiores do que em qualquer outro período da nossa história. Em 1957 e 1958, apesar de que em ritmos menores, também foi grande a entrada de capitais estrangeiros. Que sucede, em consequência? Que também foram maiores do que nunca as remessas de lucros para o exterior, já que esses capitais, evidentemente, só vêm para o Brasil com a condição de extrair lucros. Tais remessas, feitas pelo mercado livre de câmbio, sem controle, são autênticas sangrias na economia nacional; os dólares obtidos pela exportação, ao invés de serem usados para que o país importe a preços mais baixos, o são para garantir a saída de lucros do capital estrangeiro. Isso sem falar no fato de que empresas como a Light podem remeter parte dos seus lucros a dólar privilegiado.

OS DOIS MERCADOS DE CÂMBIO

Como é sabido, há no Brasil dois mercados de câmbio: o livre, que está fora do controle do governo e é aquele pelo qual saem as remessas de lucros do capital estrangeiro; e o oficial, pelo qual é efetuado o grosso das exportações e todas as importações. As moedas no mercado livre custam menos cruzeiros do que no mercado oficial. Num mercado como outro, o preço do dólar em cruzeiros depende do grau da procura em relação à quantidade de dólares posta à venda.



Não, leitor, infelizmente é apenas uma imagem do passado, de há quatro anos, apenas. Hoje, março de 1959, o arroz está sendo vendido não a 15, mas a 28 e 30 cruzeiros o quilo, nesta cidade

Se há poucos dólares e muita procura, então cada dólar custará muitos cruzeiros. Seria, então, do interesse nacional que o governo buscasse meios e modos de colocar mais dólares à disposição do mercado oficial — pelo qual são feitas as compras do Brasil no Exterior — pois cada dólar custando menos, menor também seria o preço das mercadorias estrangeiras importadas. Um exemplo: se um aparelho elétrico custa nos Estados Unidos, por hipótese, 5 dólares, e se cada dólar do mercado oficial é vendido aqui a 300 cruzeiros, então esse aparelho não poderá ser vendido no Brasil a menos de 1.500 cruzeiros; mas, se esse dólar custasse 100 cruzeiros, o mesmo aparelho aqui chegaria por apenas 500 cruzeiros.

GOVERNO FORNECE DÓLARES AOS TRUSTES

O procedimento do governo, porém, em particular dos srs. Lucas Lopes, Roberto Campos, Garrido Torres, responsáveis pela política econômico-financeira, é oposto. Os passos que dão é no sentido de favorecer às empresas estrangeiras. Ainda no fim do ano passado, pela Portaria 167 da SUMOC, aqueles elementos autorizaram a que passassem a ser feitas pelo câmbio livre as exportações de todos os produtos manufaturados. Segundo estimativas da revista oficial "Conjuntura Econômica", tais exportações produzirão 75 milhões de dólares por ano. Sendo exportações feitas pelo mercado livre, é para esse mercado que irão os dólares por elas produzidos. Ou, em outras palavras, serão mais 75 milhões de dólares postos à disposição dos trustes e empresas estrangeiras no Brasil para remeter seus lucros.

O MECANISMO DA CARESTIA

Não fica nisso, porém, o prejuízo causado por aqueles senhores à economia nacional. Ao desviar para o mercado livre exportações que eram feitas pelo oficial, também retiram dólares deste último. Se a este fato acrescentarmos a diminuição da entrada de dólares decorrente da queda dos preços internacionais do café, então é fácil compreender porque a política dos srs. Lucas Lopes e Roberto Campos força a carestia. Com efeito, se o total de dólares no mercado oficial se reduz, o preço dessa moeda em cruzeiros tende a aumentar. E o que importamos, seja trigo, ou petróleo, equipamentos para a indús-

tria ou artigos de consumo popular torna-se mais caro.

Alaga o governo que tem em vista estimular a exportação ao transferir parte desta para o mercado livre, já que o exportador nacional, por cada dólar de mercadoria vendida, receberá mais cruzeiros do que pelo câmbio oficial. Entretanto, por que não dá um passo também para combater a carestia, transferindo parte das importações — equipamentos, por exemplo — para o mercado livre? Nesse caso, as importações seriam mais baratas, já que o importador nacional gastaria menos cruzeiros para adquirir dólares.

ESTA É A POLÍTICA DO ENTREGUISMO

Na verdade, o governo não dá esse passo porque seu propósito é fornecer dólares para as companhias estrangeiras, ainda que isto represente um impacto tremendo sobre o custo de vida, como ora acontece. Não dá tal passo porque essa é precisamente a política dos Lucas, Roberto, etc., política proclamada e que, posta em prática parcialmente, já contribuiu para elevar o custo de vida ao nível em que hoje se acha. E não há dúvida de que se estes homens continuarem no governo, a situação dentro em pouco será ainda pior.

Exprimindo o pensamento da Frente Parlamentar Nacionalista sobre o assunto, o deputado Sérgio Magalhães afirma que qualquer um pode ter pontos-de-vista sobre a política de câmbio, considerar melhor essa ou aquela modificação. Entretanto, o que os governantes não podem fazer é adotar tal ou qual política sem adotar, ao mesmo tempo, medidas adequadas para estabilizar o custo de vida e o abastecimento. E se as medidas parciais tomadas em nome da estabilização cambial acarretarem o oposto — instabilidade de preços, novas emissões, agravamento da inflação, crescimento do custo de vida, etc. — então seria um absurdo persistir por esse caminho. Assim, as providências internas que foram adotadas — combate à especulação, facilidade ao escoamento das safras, armazenamento, assistência à lavoura, etc. — para fazer frente à carestia, logo perderão seu efeito, porque a atual política de câmbio e de relações econômicas com o exterior, em geral, puxará no sentido contrário. Puxará para o esfoamento do povo e para a maior subordinação do Brasil aos capitais estrangeiros.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

RAIMUNDO NONATO

O sr. Emilio Carlos entrou no gabinete do presidente da Câmara. Na ausência do sr. Raniere Mazilli, de férias em São Paulo, entendeu-se com o vice-presidente em exercício, sr. Sérgio Magalhães. Ia apresentar novo elemento da bancada do PTN, eleito na Bahia.

Depois, conversa puxou conversa e o sr. Emilio Carlos, inquieto, andando de um lado para o outro, tirou o paletó e passou a tratar de política. Quería saber a opinião do sr. Sérgio Magalhães sobre a apresentação da candidatura Jânio Quadros pelo PTB. A resposta do sertanejo de Serra Talhada foi reticente, acompanhada de um sorriso.

Seguiu-se uma série de elogios ao sr. Jânio Quadros. Para afixar no ex-governador de São Paulo a máscara de nacionalista o sr. Emilio Carlos jogou todos os recursos de sua imaginação e toda a virtuosidade de antigo locutor da BBC de Londres. Já a essa altura completava o gesto de sacar o paletó, arregaçando as mangas.

Foi o sr. Sérgio Magalhães a fumar e a sorrir.

Segundo o sr. Emilio Carlos os nacionalistas e nacionalistas. O sr. Sérgio Magalhães, por exemplo, é um bom nacionalista. O mesmo, porém, não pode dizer o líder do PTN dos demais. Estes querem ser donos do patriotismo e rotulam todo mundo de entreguista. «Agora estão chamando o Jânio de entreguista, ele, que nos Campos Eliseos tudo fazia pela Petrobrás, exigindo prioridade para tudo que a Petrobrás pedia, através de bilhetes energéticos».

Mais três minutos de prosa radiofônica e estava o sr. Jânio Quadros, na opinião de seu cunhado Emilio, guindado à posição de nacionalista número um.

O sr. Emilio Carlos prosseguiu em seu libelo contra os «falsos nacionalistas» da Frente Parlamentar, enquanto o sr. Sérgio Magalhães mantinha a paciência de anfitrião.

O Jânio trabalhista não deixou de ser apresentado no pequeno programa de câmara do sr. Emilio Carlos. Ninguém no PTB está mais integrado no partido do que o homem da vassoura, cujas virtudes proletárias o brilhante locutor enumerou a jato, revelando, mais uma vez, prodigioso fôlego.

Embevecido, o novo representante do PTN da Boa Terra escutava, enquanto o sr. Sérgio Magalhães continuava a ouvir o parlamentar paulista, bem mais eloquente que o deputado baiano do PTN, Emilio a essa altura suado, desejava fumar. O deputado baiano ofereceu-lhe um cigarro. Não havia fôlegos na sala. E o novo componente do PTN de Salvador, sempre calado, num taquito desmentido da marchinha carnavalesca, dirigiu-se a uma ante-sala, em busca de fogo. «Res, non verba».

Soltando a primeira buforada de um «kamelo», o deputado nacionalista-janguista sem irritar a garganta com o fumo de Virginia, seguiu adiante, pontificando sobre o que deveria fazer, dentro de uma linha patriótica e sem chamar ninguém de entreguista, a Frente Parlamentar, que o sr. Emilio Carlos preferiu criticar de fora, alvejando-a com as rajadas de sua palavra fácil.

PLANO DE EMERGÊNCIA : DUAS SEMANAS DE VIDA

O cumprimento de qualquer plano concreto contra a carestia da vida só se tornará possível se o governo estiver disposto a se apoiar do lado dos trabalhadores e do povo, a mobilizar corajosamente a opinião pública. Só assim será possível enfrentar e vencer a resistência oferecida pelos setores anti-populares, que vão desde os patronos da atual política econômico-financeira (Lucas Lopes, Roberto Campos, etc.) até os especuladores e negociantes que enriquecem a custa da fome das massas. Caso contrário, os planos não passam do papel.

Isso exatamente foi o que aconteceu com o chamado Plano de Emergência, elaborado em dezembro do ano passado pelo Departamento de Abastecimento da PDF e aprovado pelo presidente Kubitschek. Trata-se, como o próprio nome indica, de um plano contendo apenas medidas para realização a curto prazo e referentes só à Capital da República. O plano não toca e nem nos fatores essencialmente responsáveis pela carestia, isto é, a orientação seguida pelo governo no domínio da economia e das finanças.

Mesmo assim, porém, o Plano de Emergência mal começou a ser cumprido, teve que ser arquivado. Os interesses contrariados de certos grupos econômicos e políticos logo se ergueram contra a execução das medidas programadas e o resultado é que o plano não teve senão duas semanas de vida. O prefeito Sá Freire Alvim e o coronel Frederico Mindelo, presidente da COFAP, que haviam se comprometido a garantir a realização das medidas de emergência, cederam à pressão dos grupos de especuladores e negociantes, dando o dito por não dito.

Este é um exemplo. Ele mostra que o sr. Juscelino Kubitschek só poderá en-

frentar com seriedade o problema da carestia se se apoiar de fato no povo. De outro modo tudo não passará de perigosa demagogia.

O Seu a Seu Dono

O ex-deputado Bruzzi de Mendonça, foi nomeado procurador da CAFESP, por Portaria n. 2.715, de 26 de fevereiro último. E o "Correio da Manhã" escandalizou-se com o fato. Não tanto pela realização do programa de empregos oficiais distribuídos aos antigos parlamentares que não conseguiram reeleição. Nem pelo desrespeito ao decreto proibitivo de empregos, desrespeito que partiu da própria Casa Civil do sr. Juscelino Kubitschek. O "Correio" dirige seus ataques aos comunistas, como se estes ainda tivessem alguma coisa a ver com as atividades ou inatividades do sr. Bruzzi, agora premiada pelo Cateite.

No pleito de 3 de outubro demonstrou-se que o eleitorado de bôiso que arranjou duas centenas de votos para o sr. Bruzzi não é o mesmo que na legislatura anterior o havia conduzido ao Palácio Tiradentes. O sr. Bruzzi é hoje um mico recuperado para a «civilização ocidental e cristã». E tendo exercido, antes de se formar bacharel, a profissão de jornalista, bem poderia trabalhar no jornal do sr. Paulo Bittencourt, ou noutro baluarte da "sadia".

Deveria o velho matutino da Avenida Gomes Freire tirar o procurador Bruzzi de sua lista-negra, pois é bem possível que o coronel Danilo já tenha determinado a inexistência da ficha do atual sinecurista da CAFESP, pois o eleitorado que antes o levou à Câmara já o repudiou. O emprego arranjado na Casa Civil de JK foi a compensação.

COFAP: Reunião Só Para Novos Aumentos

Há três semanas não se reúne o plenário da COFAP. Está em pauta o pedido de aumento de preço do leite. Como o coronel Mindelo recebeu ordens do Cateite no sentido de não serem concedidos, por enquanto, novos aumentos, considera desnecessário convocar o Conselho da COFAP.

54 artigos de consumo popular. Agora, para que reunir?

Mas o que acontece é que se não foi elevado ainda o preço do leite, não houve também mais nenhuma tabela para os produtos hortofrutícolas, cujos preços de venda escaparam inteiramente ao controle da COFAP. E quanto a outros artigos (leite condensado, conservas, produtos medlelnais, etc.), os preços continuam a subir numa velocidade incontrolável. Esta semana, uma lata de leite Ninho (meio quilo) estava sendo vendida nas farmácias por 71 cruzeiros.

E assim o coronel Mindelo vai presidindo a COFAP.

DE HERBERT MOSES A "NOVOS RUMOS"

O Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, enviou cumprimentos à Redação de NOVOS RUMOS pelo início de sua circulação e agradecendo os exemplares que lhe enviamos dos dois primeiros números deste semanário.

JK NEM FALA SOBRE A META 30 (ENSINO)

No início de cada período escolar — as matrículas ao curso primário estão sendo ultimadas no país inteiro — é necessário um balanço nas atividades educacionais, no sentido de sabermos — embora não muito exatamente, porque as estatísticas nem sempre são renovadas com a oportunidade desejada — quantas crianças deixam de ingressar na escola e quantas deixam a escola antes de aprender a ler.

O número de analfabetos no Brasil é de 51%, sendo assinalada no Norte uma porcentagem muito maior: enquanto no Sul a taxa de alfabetização é de 57,3%, naquela região é de apenas 25,2%. A população escolarizável, de 7 a 14 anos de idade, corresponde a 17% da população geral, ou seja um pouco mais de 16 do total de habitantes. Em 1958, representava cerca de 10 milhões e meio, dos quais 51% não estavam frequentando a escola. Tudo indica que não há alteração nesses dados, considerando que qualquer pequena melhoria no tocante à instalação de novas unidades escolares — e as informações a respeito são insignificantes — não corresponde, materialmente, nem ao déficit de matrículas dos anos anteriores, nem ao crescimento vegetativo da população em idade escolar, que, segundo o IBGE, anualmente, é de 15%.

Em 1958, 10 milhões e meio em idade escolar, só 5.406.251 crianças foram matriculadas, sendo constatada, oficialmente, uma lacuna de 4.996.526. Esses foram os que ficaram fora das escolas naquele ano. E nos anos anteriores? Aliás, dados comparativos, que se reportam ao ano de 1900, denunciavam o crescimento do analfabetismo em nossa terra. Naquela ano, a população adulta era de 9.750.000, dos quais 3.380.000 sabiam ler e escrever, enquanto 6.730.000 eram analfabetos. 50 anos depois, existiam 11.900.000 alfabetizados e 15.350.000 analfabetos. Relativamente, a diferença é menor de 65% passou para 51%, mas, em números absolutos, a porcentagem de analfabetos dobrou. E qual a razão disso? E que a rede escolar primária é insuficiente para a população em idade escolar. E que faz o governo? Cumpre o art. 169 da Constituição, que determina a aplicação pela União de nunca menos de 10% da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino? Na falta de comemoração do 3º aniversário de seu governo, JK falou sobre todas as metas, mas não disse uma só palavra sobre a meta n.º 30, que se refere à educação. Afinal, quantas escolas foram construídas durante estes três últimos anos?

EVASÃO ESCOLAR

Depois da carência das unidades escolares, a evasão é, sem nenhuma dúvida, o principal fator do alto índice de analfabetismo no Brasil. Se o governo não se preocupa em prover a população escolarizável com uma rede escolar correspondente ao seu volume, também não toma qualquer medida no sentido de manter, até o fim do currículo es-

colar, as crianças que têm a sorte de estar matriculadas. Ao contrário, todas as barreiras são levantadas, desde a exigência dos sapatos pretos, até a inadequação do ensino. E o baixo nível econômico das famílias não permite a superação de tantos obstáculos. Por isso só 1/4 de cada geração está sendo educado.

Em 1953, distribuídas por 1 séries do curso primário matricularam-se 1.112.318 crianças. Dessas somente 213.652 concluíram aquele curso.

Além dos dados que mostram, sem discussão, que o número de matrículas não significa alfabetização, a evasão denuncia o caráter de classe da educação em nosso país. Só crianças com certos recursos podem ou conseguem matricular-se no curso ginasial. E só 8 ou 10% das que iniciam o curso primário chegam ao 4º ano. O processo de alfabetização não pode ser considerado como correspondente ao número global de matrículas, em todo o país. Isto é, o número de matrículas, já incapaz de atender às necessidades, não corresponde ao número dos realmente alfabetizados.

Conclui-se, assim, que as crianças não se conservam na escola por mais de 2 anos. E, ainda, que, além de serem atendidas, apenas 51% da população escolarizável, muitos poucos, na realidade, têm condições de fazer uso dessa matrícula, durante todo o curso primário, isto é, renová-la, a fim de obter uma base mínima de conhecimentos. E que medidas tem tomado o governo para reter a criança na escola?

DIMINUEM AS VERBAS

Para ser criada uma rede escolar dentro das necessidades da população infantil, o governo teria que destinar recursos suficientes ao ensino primário. Mas não o faz. E é o próprio Ministério da Educação que o confessa no substitutivo, apresentado em 11-57, ao projeto que deveria fixar as «Diretrizes e Bases da Educação Nacional»: «Em 1956, as despesas federais com o ensino foram distribuídas na proporção de 10% ao primário, 30% ao médio e 10% ao superior. Propomos 20% ao primário, 30% ao médio e 10% ao superior. Garantido o mínimo constitucional, o ensino primário será amplamente beneficiado e os demais terão suas verbas também aumentadas».

Nesses últimos dois anos, infelizmente, a situação não se modificou para melhor, muito embora tenha sido anunciado, no ano passado, que são cada vez maiores as despesas com o ensino. Não é verdade que as despesas tenham crescido com a popularização do ensino, com a extensão da rede escolar, mas com «subvenções e auxílios», cuja rubrica esconde a suplementação financeira a entidades particulares. Mesmo as despesas de manutenção que se elevaram em 32% em 1957, relativamente ao exercício anterior, correspondem em 70% aos gastos com pessoal. No capítulo «Recursos», segundo o Ministério da Educação, em carta publicada no «Correio da Manhã» de 27-1-59,

Aumenta o número de analfabetos — Só há matrículas para a metade das crianças em idade escolar — E só 10% dos que iniciam o curso primário chegam ao fim

MARIA REZENDE

existe uma burla a respeito do que determina o art. 169 da Constituição. Naquela carta declara o dr. Clóvis Salgado: «Outro ponto importante é a definição do que seja despesa com o ensino. Isso é essencial na elaboração orçamentária, para aliviar a educação de grandes despesas, que tendem a recair no MEC, sem que sejam especificamente do ensino».

De acordo com o sr. Anísio Teixeira (Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n.º 69), no total das despesas com educação no Brasil, de 1918 a 1956, a porcentagem com o ensino primário desceu de 6,8 para 13,22. No orçamento do exercício vigente, verificamos que continuam válidos os mesmos e velhos propósitos de azeitar canhões, para colocá-los nas mãos de homens analfabetos: a verba do Ministério da Guerra representa cerca de 14% do orçamento geral, enquanto a do Ministério da Educação é pouco mais de 8%. A verba do MG é superior à do MEC em cerca de 50% da verba deste último. E a verba do Fundo Nacional do Ensino Primário é inferior a 5% da verba geral do MEC.

Não são de estranhar, pois, as filas que se estendem às portas das escolas: não há número de matrículas suficientes e nem o governo concede recursos para aumentá-las. Por outro lado, os que conseguem entrar saem da escola semi-analfabetos porque não são, também, concedidos meios para mantê-los.



Assim vivem milhares e milhares de crianças em plena Capital da República. Tudo lhes falta, inclusive roupas adequadas sapatos para frequentar escola. Mas falta também escola. Grande parcela da mais nova geração de brasileiros vive assim no abandono.

Após terminarmos a leitura do livro do sr. Paulo de Castro «Terceira Força» (Ed. Fundo de Cultura, Rio, 1959) uma pergunta se impõe naturalmente: aonde conduziu a «Terceira Força», o «terceiro caminho» proposto pelo autor? Segundo o sr. Paulo de Castro conduziu ao socialismo, mas a que tipo novo de socialismo? O socialismo «novo russo». Nesse obra define-se a «terceira força» como um «movimento político e social antimperialista e de estruturas socialistas» (p. 139). Ou ainda «a polarização de todas as correntes individuais e não apenas africanas, em favor de uma solução econômica e política de base antimperialista socialista, fronteiramente existente tanto no domínio americano, quanto no capitalismo em geral, como a subordinação ao acatamento dos esquemas e da liderança russa» (p. 107).

Quer dizer, para atingir aquele «socialismo», antes de tudo dividem-se as forças socialistas, que já se separaram há muito de 30 milhões de pessoas filiadas aos partidos comunistas, seus simpatizantes, seus líderes, que são muitos milhões. Com a assim o autor do antimperialismo, ideologia do «terceiro caminho», forma um movimento de trabalho em favor do socialismo, em favor do imperialismo.

Não obstante, o sr. Paulo de Castro pretende apresentar-se como imparcial, como «objetivo», ao reconhecer «honestamente» que a Revolução socialista de Outubro de 17 na Rússia «constituiu um dos momentos mais portentosos da história humana» (p. 53). Mas, continua que, no curso da revolução, tudo se fez com sacrifícios para o povo, em sofrimentos, sem erros, ou não se fizesse!

seu método «marxista» de interpretação dos fatos. Não precisa ser marxista para perceber que ainda que o próprio Castro procurasse construir o socialismo, desde que contrariasse os interesses da burguesia, esta se levantaria contra ele, crucificando-o novamente.

E então, negando o socialismo soviético o sr. Paulo de Castro chega à conclusão básica de sua argumentação em favor de um «terceiro caminho» entre o capitalismo e o «socialismo russo»: identifi-

maiores combinados metalúrgicos da Europa, criticada com a ajuda decisiva da URSS. Na China construíram-se ou estão em construção centenas de grandes fábricas e usinas, que são fruto da cooperação fraternal da URSS. A China possui rios navegáveis com os equipamentos, mas fábricas industriais e usinas para mentos não são em quantidade suficiente para atender às necessidades da população. Com a ajuda da URSS e Alemanha semel-

queles forças que só contam ainda com a estrutura econômica a seu favor porque senhores do Poder político. Não queremos significar que em política exterior é impossível a neutralidade. Mas o sr. Paulo de Castro, como em geral os adeptos da «terceira força», pretende confundir neutralidade em política exterior com indiferença ante esta ou aquela força social ou política, ante esta ou aquela potência. Não pode haver neutralidade entre a guerra e a paz. Os neutros são forçosamente adeptos da paz e contra a guerra. O neutralismo não pode ser contra forças que se encontram a vanguarda dos grandes movimentos de renovação da sociedade humana. Não podem ser indiferentes ante estes movimentos. Sua tendência natural, dos neutros, e para o socialismo. E se trata de uma tendência tão forte e tão espontânea que homens como Nehru o proclamam, embora se saiba que ele não está construindo socialismo algum. Nenhum país pode ser neutro entre os dois campos — o capitalismo e o socialismo — quando se trata de luta pela independência dos povos coloniais e dependentes. E naturalmente, por seu próprio interesse, a favor dessas lutas, colocando-se assim ao lado da URSS e de todo o campo socialista.

A «terceira posição» que leva ao antimperialismo, ao anti-soviético, ao anti-socialismo das Democracias Populares só favorece à reação e ao imperialismo, as forças interessadas na guerra, na colonização dos povos, na derrota das conquistas dos trabalhadores nos países socialistas. A história nos ensina que teve origem mais ou menos idêntica o próprio fascismo na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Ambos alardeavam seu «socialismo» nacional e anti-bolchevista. O professor italiano Paolo Alatri, da Universidade de Palermo, recorda que, nos seus inícios, «toda a propaganda fascista mista na tese segundo a qual a luta «squadrista» (dos comandos fascistas) era dirigida contra a ideologia «antimperialista» e os «excessos» do «bolchevismo» e não contra o socialismo e o proletariado como tal» («Les origines du fascisme» e la classe dirigente italiana», «Recherches Internationales», n. 1, Paris, 1957).

Seria falso concluir-se que, ao condenar a «terceira força», um suposto «terceiro caminho», se resta o dilema: comunismo ou imperialismo. Não existe semelhante dilema. Um democrata não é uma coisa nem outra, como não é obrigatoriamente comunista um nacionalista ou um trabalhista. Mas a «terceira força» do sr. Paulo de Castro, buscando-se no antimperialismo, serve a uma das forças contra a qual pretende estar — o imperialismo.

AONDE CONDUZ A "TERCEIRA FORÇA"?

RUI FACO

os Estados Unidos e a União Soviética. Para ele, ambos são países imperialistas, repetindo uma falácia que está na boca de todos os «imperialistas» reacionários do mundo. O sr. Paulo de Castro não consegue porém convencer a um habitante da Índia ou da Birmania, do Egito ou da Síria, da Indonésia ou do Ceilão que a URSS age em relação a seu país da mesma forma que os Estados Unidos, Inglaterra e França. Todo mundo sabe que enquanto as potências capitalistas decretavam o bloqueio econômico do Egito, Gênes de Suez, a União Soviética prontificava-se a fornecer ao Egito, e fornecer-lhe tudo o que necessitasse, desde petróleo e trigo até máquinas e equipamentos para usinas e fábricas e, finalmente um vasto crédito que lhe fora recusado pelos Estados Unidos para levantar a repressão de Assiut. Enquanto a política das potências imperialistas tem sido impedir por todos os meios a industrialização dos países subdesenvolvidos, a União Soviética procura justamente incentivar a industrialização desses países, como base de sua independência econômica e reforçamento da independência política. Não queremos sugerir que de um lado existam os «bons» e de outro os «maus». E que esta política corresponde aos interesses da classe operária mundial, aos interesses do socialismo em âmbito internacional.

Dentro desta orientação, a URSS inaugurou, em relação aos países do campo socialista, uma política consistente em impulsionar por todos os meios a fundação de sua indústria pesada, imprescindível à criação da base econômica do socialismo. Al está Nova Huta, na Polónia um dos

51% da população do Brasil é analfabeta, porque:

— 54% DA POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL NÃO ESTÁ FREQUENTANDO A ESCOLA, POR FALTA DE MATRÍCULAS;

— DE 10 MILHÕES E MEIO DE CRIANÇAS, EM 1958, SÓ 5.406.251 FORAM MATRICULADAS;

— DESSAS SÓ 10% CHEGAM AO FIM DO CURSO PRIMÁRIO;

— AS DESPESAS COM O ENSINO DIMINUEM. DE 1948 PARA 1956 A VERBA DESPESADA COM O ENSINO PRIMÁRIO DESCEU DE 60,8 PARA 43,22%;

— A VERBA DO FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO É INFERIOR A 5% DA VERBA GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OBSERVAÇÃO: NO DISCURSO DE COMEMORAÇÃO DO 3.º ANIVERSÁRIO DE SEU GOVERNO JK NÃO DISSE UMA SÓ PALAVRA SOBRE EDUCAÇÃO, ASSUNTO QUE CORRESPONDE A META N.º 30

Sindicatos De Todo o País Debaterão o Problema Da Carestia

Pondo em prática as resoluções da grande assembleia do Conselho Consultivo da CNTI, a Comissão então eleita para coordenar o desenvolvimento da luta contra a carestia no Distrito Federal elaborou circular a ser enviada a todos os Sindicatos, orientando-os sobre a campanha de esclarecimento a ser realizada entre os trabalhadores, no sentido de obter dos poderes públicos medidas eficazes para deter a elevação constante dos preços.

As organizações sindicais de todos os graus, diz a circular, baseadas nos artigos 513 e 514 da CLT, reclamam a sua participação em todos os grupos de trabalho, comissões de estudo e órgãos de execução e fiscalização criados pelo governo. Sendo os trabalhadores a parte

mais importante da população, frisa, isso é uma prerrogativa e um direito que lhes assiste.

SUGESTÕES PARA INÍCIO DOS DEBATES

A circular contém algumas sugestões para início de discussão, como sejam: Limitação da remessa para o exterior dos fabulosos lucros das empresas estrangeiras, que descapitalizam o país e exauram as nossas reservas

Sugestões da Comissão Coordenadora para o início do movimento — Levar o debate a todo o povo — Articulação em escala nacional — Apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria

de divisas; modificação da Instrução 113 da SUCOC; ampliação do mercado externo, estabelecendo trocas e obtendo créditos através da livre concorrência internacional; necessidade da modificação da nossa estrutura agrícola e da situação das regiões abandonadas.

Além dos pontos acima, destinados a atacar as raízes da causa da carestia, a circular sugere ainda a discussão de outras medidas de caráter imediato, tais como: Que o governo reduza os preços dos gêneros essenciais como o açúcar, carne e cereais, o que é perfeitamente possível ante o volume das safras e o custo da produção; reexame das tabelas or-

ganizadas pela COFAP, eliminando os lucros excessivos; eliminar a interferência dos acampadores e atravessadores de toda espécie, agindo o governo de acordo com o que lhe faculte o artigo 146 da Constituição.

DAR A MAIOR AMPLITUDE AO MOVIMENTO

Visando levar a luta contra a carestia em profundidade às massas trabalhadoras e a todas as camadas populares, a Comissão recomenda aos Sindicatos: a) Realizar assembleias para discutir todos os problemas relacionados com a carestia da vida e os estudos e programas aprovados pelos tra-

bahadores; b) Realizar debates e discussões com outros setores da população: funcionários públicos, estudantes, etc.; c) Participar em todos os debates e movimentos nos bairros, notadamente onde residem trabalhadores; d) Estabelecer contato com todas as organizações, com o objetivo de coordenar o movimento contra a carestia.

Além disso recomenda ainda que seja reivindicada a participação dos trabalhadores na Comissão criada pela Prefeitura do Distrito Federal, e lança a promessa da realização de um ato público como encorajamento das reuniões e assembleias nos sindicatos e empresas.

ARTICULAÇÃO EM ESCALA NACIONAL

Presentes no Rio delegações da Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul, a diretoria da CNTI juntamente com a Comissão decidiu iniciar o trabalho com o objetivo de contribuir para a unificação do movimento em escala nacional. Para tratar mais profundamente do assunto no-va reunião do Conselho Con-

sultivo da entidade está sendo convocada para a próxima segunda-feira. Para essa reunião é feito convite a todas as organizações interessadas e aos trabalhadores de todas as categorias. Nessa reunião será escolhida uma delegação que irá a São Paulo representar os trabalhadores, cariocas num encontro do Ministro do Trabalho com os trabalhadores paulistas, no dia 17.

PERSEGUIÇÃO A DIRIGENTES SINDICAIS NO SUDÃO

Apelo da Federação Sindical Mundial a um movimento de solidariedade

Em seu boletim de fevereiro último, a Federação Sindical Mundial informa que o governo da República do Sudão empreendeu uma série de graves medidas contra o movimento sindical naquele país. Em absoluto desprezo pela opinião pública sudanesa e internacional, quatorze sindicalistas foram julgados a portas

fechadas e em tais condições, que os advogados de defesa não puderam exercer suas funções. Assim, Shafie Ahmed El Sheikh, secretário-geral da Federação dos Sindicatos do Sudão, membro do Comitê Executivo da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes e vice-presidente da F.S.M., e mais Shakir Mursali e Taha Ali Mohamed foram condenados a cinco anos de prisão. Outros dirigentes sindicais, como Gassim Amin e Mohamed Ahmed Omar, foram condenados a dois anos, e Hassam Mohamed Saleh e Awad Sharaf El Din, a um ano de prisão.

Tentando justificar as sentenças, o tribunal militar julgou os réus culpados por terem realizado reuniões em locais do periódico dos Sindicatos sudaneses, e por manterem relações com a Federação Sindical Mundial. A verdadeira razão de terem sido condenados aqueles sindicalistas, no entanto, é a luta abnegada que vêm travando em defesa dos interesses econômicos e sociais dos trabalhadores do Sudão e pela independência e a soberania nacional do país.

A FSM lançou um apelo aos trabalhadores e sindicatos de todo o mundo, pedindo sua solidariedade aos trabalhadores encarcerados, condenando energeticamente a repressão desencadeada contra o movimento sindical do Sudão e exigindo do governo daquele país a liberdade de Shafie Ahmed El Sheikh e dos seus companheiros, assim como o restabelecimento dos direitos sindicais e das liberdades democráticas.

EM BRASÍLIA

O II Congresso Nacional dos Gráficos

Entre 31 do corrente e 4 de abril próximo deverá realizar-se em Brasília o II Congresso Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas. O importante conclave deverá discutir o seguinte temário:

- 1º — LEGISLAÇÃO SOCIAL
 - a) — Código do Trabalho
 - b) — Contrato coletivo de trabalho
 - c) — Política Salarial
 - d) — Departamento de Estatística
 - e) — Direito de Greve
 - f) — Justiça do Trabalho
- 2º — PREVIDÊNCIA SOCIAL
- 3º — PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL
 - a) — Local
 - b) — Nacional
 - c) — Internacional
- 4º — ASSUNTOS GERAIS
 - a) — Defesa e Ampliação da Indústria Nacional e Ensino Técnico Profissional
 - b) — Contenção do Custo de Vida
 - c) — Monopólio Estatal dos Serviços de Utilidade Pública
 - d) — Liberdades Democráticas e Soberania Nacional
 - e) — Salários e Imposto de Renda

As idéias do Ministro do Trabalho

ROBERTO MORENA

No dia 27 de janeiro passado, o Ministro do Trabalho, sr. Fernando Nóbrega, compareceu ao Senado Federal, «para prestar esclarecimento sobre o projeto da Lei Orgânica da Previdência Social e em especial sobre a unificação dos órgãos de previdência social».

Estavam, nesta ocasião, os trabalhadores e suas entidades de classe voltadas para a campanha pela aplicação integral do salário mínimo de acordo com o decreto 45.106-A de 24-12-58, de maneira que as idéias do Ministro não foram suficientemente conhecidas, pois sua difusão se limitou a alguns jornais e ao «Diário do Congresso Nacional (Seção II)», do dia 28 do mês transato.

As idéias expostas pelo Ministro Nóbrega (que traduzem o pensamento do governo) são altamente contrárias à existência da previdência social e, se vigorarem, isto é, se aprovadas pelo Senado Federal ou pela Câmara dos Deputados, significarão um golpe nos direitos e esperanças de milhares e milhares de trabalhadores, que contribuem para as instituições de previdência social e esperam na velhice ou na invalidez ter um pequeno recurso para não viver esmolando.

Examinemos só um aspecto de seu «esclarecimento»: o sistema de custeio da previdência. Que diz, ou melhor, que propõe o Ministro? Primeiro, que o Estado (ou União) não pague nada à previdência. Alega: «A contribuição da União sem a generalização completa da previdência social, se apresenta como a menos justa das contribuições. Uma vultosa participação da União pela utilização de fundos públicos em proporção muito elevada pode emprestar ao sistema um caráter de verdadeira espoliação dos demais cidadãos que concorrem para o erário público sem auferir qualquer benefício. Parece-nos que deveria ser evitado que recursos de fundos venham a custear privilégios como seriam os benefícios que não pudessem ser generalizados».

Perdoem se me estendi na transcrição. Mas não podia ser mais claro o Ministro do Trabalho. A parte do Estado, isto é, a terceira, igual e equivalente à dos empregadores e empregados, não deve ser paga porque se ia uma «verdadeira espoliação dos demais cidadãos» ou «privilegios como seriam os que não pudessem ser generalizados». É a doutrina do calote, a legalização do não pagamento das dívidas e a declaração que o Estado não deve contribuir para assegurar (em parte) as aposentadorias e pensões dos que são os maiores artífices da riqueza nacional.

Segundo, que mesmo a parte dos empregadores (um terço igual e equivalente à dos empregados) é também, em certo modo, uma «espoliação» indireta. Vejamos as idéias do Ministro: «A arrecadação correspondente à participação dos empregadores vai naturalmente onerar o custo das utilidades e serviços, encarecendo a produção, majorando os preços e só dando compensação a uma pequena parcela da população, precisamente, aquela que, entre os trabalhadores, se encontra em melhor situação (os trabalhadores urbanos assalariados)». Dessa forma, também os empregadores não devem mais contribuir para a previdência social, porque sua parte «onera» a vida de todos em benefício de uma pequena parte da população.

Terceiro, até no que toca à parte dos empregados (a única que é paga religiosamente) o Ministro tem idéias especiais: «Os próprios trabalhadores hoje abrangidos pelos regimes previdenciários vigentes no país não devem ser levados, durante um período extenso de vida ativa, de luta para sua manutenção e de sua família, a suportarem um elevado desconto no seu salário para dar cobertura a um plano que ultrapasse a normal capacidade do grupo social a que pertencem».

A que quer chegar então o Ministro do Trabalho (o governo, repetimos)? Não havendo mais contribuições do Estado e dos empregadores acabaria a previdência nos moldes estabelecidos nas leis vigentes. Fariamos, quando muito, instituições de seguro de vida como vigoram em alguns países.

Por isso é que, ao lado das denúncias da falência da previdência social no Brasil, tão habilmente exploradas pelos milionários das companhias de seguro, aparece o Ministro do Trabalho com suas idéias para encaminhar a previdência social para esse sistema.

Estejamos alerta, velhos e novos trabalhadores. Salvemos a previdência social das mãos dos que a querem enterrar, sob a aparência de que são seus médicos salvadores.

No Ceará (Setembro) o VIII Congresso Nacional De Jornalistas

Profissionais da imprensa de todo o país debateram importantes questões — Resoluções tomadas — Solidariedade aos jornalistas argentinos

Convocados pela Federação Nacional de Jornalistas e Comissão Permanente do VII Congresso, com o apoio e colaboração da ABL, representantes de todos os Sindicatos e das Associações de Imprensa do país estiveram reunidos no Rio, dias 5, 6 e 7, em convenção nacional.

Foi tomada a decisão de realizar-se o VIII Congresso Nacional de Jornalistas em Fortaleza, nos dias 4 a 8 de setembro próximo. Presente à segunda sessão plenária da Convenção, o governador Parisial Barroso manifestou-se pronto a colaborar de todas as formas para o êxito do conclave, que terá também o sentido de um apoio dos homens de imprensa aos planos de recuperação do Nordeste e sua integração no processo de desenvolvimento nacional.

MOÇÕES APROVADAS

Após o debate e aprovação dos relatórios das entidades nacionais sobre cada um dos pontos do temário — «VIII Congresso Nacional», «Nova lei de salários», «Regulamentação da profissão» e «Organização sindical e associativa» — o plenário discutiu e aprovou algumas moções, destacando-se entre elas:

— Participação dos jornalistas na luta contra a carestia da vida e por medidas efetivas, da parte do governo, a fim de que seja contida a elevação dos preços; democratização da COFAP e das COMAPs, através da participação de representantes dos trabalhadores e dos consumidores em geral em seus conselhos.

— Em defesa e pelo desenvolvimento da aviação comercial brasileira.

— Necessidade de medidas governamentais objetivando assegurar à pequena imprensa possibilidades cambiais para a aquisição de papel e maquinaria.

ra enfrenta e pelo amparo do governo à indústria nacional de papel.

— Apoio à Operação Nordeste».

— Pela ampliação dos mercados brasileiros no exterior e estabelecimento de relações com todos os países do mundo socialista.

VIOLENCIAS NA ARGENTINA

Representando a Federação Argentina de

Imprensa, participou da Convenção, como delegado fraternal, o jornalista Júlio César Moscos, que relatou as violências praticadas pelo governo de Frondizi contra os jornais, rádios e jornalistas que criticam sua política. Foi aprovada uma moção de solidariedade aos colegas argentinos e o envio de um telegrama ao presidente Frondizi, solicitando o restabelecimento da liberdade de imprensa e a

suspensão das medidas restritivas impostas aos jornais e emissoras.

A Federação Argentina instituiu dois prêmios de reportagem a serem concedidos a jornalistas brasileiros, na importância de 50 e 25 mil cruzeiros, e declarou Herbert Moses, Luís Ferreira Guimarães, Marcelo Coimbra Tavares, Maria da Graça Dutra e Aristeu Achilles, sócios honorários perpétuos.

DEFENDE TEU DIREITO

B. CALHEIROS BOMFIM

Correspondência para: NOVOS RUMOS
Rua São José, 50

Por que muitos patrões sustentam que só estão obrigados a pagar o novo salário mínimo a partir de 26 de fevereiro, e não desde 1º de janeiro, como manda o Decreto 45.106-A, de 24-12-58? Eis a pergunta que está na boca de toda a gente.

Os que defendem a primeira hipótese, — tanto juizes como empregadores, — o fazem louvados no art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho, que diz:

«O decreto fixando o salário mínimo, decorridos 60 dias de sua publicação no Diário Oficial, obrigará a todos os que utilizem o trabalho de outrem mediante remuneração».

Realmente, a primeira vista tem-se a impressão de que somente depois de 60 dias da publicação do respectivo Decreto se torna obrigatório o reajustamento do salário mínimo. Mas, uma vez analisado cuidadosamente o artigo de lei em questão, chega-se à conclusão diferente. É que o prazo de 60 dias, aí estabelecido, o foi para a fixação inicial do salário mínimo, e não para a alteração, posterior, de seus níveis, como é o caso dos Decretos que se seguiram àquela fixação. Assim, o prazo previsto no mencionado art. 116 é de caráter transitório, já tendo sido superado com o estabelecimento inicial do salário mínimo. Dúvida não há, pois, que a

lei distingue entre fixação e alteração do salário mínimo.

Mais se fortalece essa convicção se atentarmos para a redação dos arts. 101, parágrafo único, e 116, § 2º, da mesma Consolidação, o último dos quais permite que, sobrevindo profunda alteração da situação econômica e financeira, o salário mínimo fixado «poderá ser excepcionalmente modificado antes de decorridos 3 anos de sua vigência», sem determinação da data a partir da qual o reajustamento se tornará obrigatório. Assim, tratando-se de modificação ditada por essa excepcionalidade, é lícito ao Governo estabelecer livremente a data da vigência dos aumentos salariais.

Tais considerações são feitas para o caso de se considerar válido, no tocante ao prazo de 60 dias, o citado art. 116, porque, na verdade, está este de há muito revogado. Nem outra coisa se conclui do fato de leis posteriores à Consolidação, entre as quais o Decreto-lei 5.977, ao alterarem a tabela do salário mínimo, terem mandado que os novos níveis entrassem em vigor imediatamente, «revogadas as disposições em contrário». Logo o prazo de 60 dias, anteriormente estipulado, perdeu a eficácia. Nem se alegue diferença de valor hierárquico entre essas leis, porque todas elas emanaram da mesma autoridade que, na época, reunia, em suas mãos, o Poder Executivo e o Legislativo.

Partido Comunista do Uruguai publicou recentemente uma Declaração Programática e Plataforma Política...

DECLARAÇÃO PROGRAMÁTICA DO PC DO URUGUAI

GOVERNO DE NOVO TIPO MEIOS PARA ATINGIR O OBJETIVO

Não é Obrigatória a Guerra Civil Para Transformações Revolucionárias

- * Os comunistas uruguaios definem sua linha política
* Um governo e um regime de novo tipo
* Por uma frente de libertação nacional

DIRETRIZES PROGRAMÁTICAS

A Declaração dos comunistas uruguaios, ante esta análise da situação do país, traça as diretrizes para uma mudança radical na estrutura econômica e política da República...

Os comunistas uruguaios consideram que a libertação nacional e as profundas transformações agrárias e democráticas reclamadas pela República só serão possíveis com um governo e um regime de tipo inteiramente novo...

A Declaração Programática do PC uruguai acrescenta que as transformações econômicas sociais e políticas previstas implicam em arrancar o Poder das mãos das atuais classes dominantes...

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO REGIME

O documento em apreço caracteriza o atual regime existente no Uruguai como uma dominação da classe dos grandes latifundiários e grandes capitalistas...

triais e comerciais, filiais de monopólios ou empresas mistas; grandes frigoríficos, algas grandes bancos, algumas fábricas de tecidos, metalúrgias, fábricas de cimento, etc.

Acrescenta a Declaração que o capital estrangeiro impõe a redução sistemática dos preços das matérias-primas agrícolas de exportação...

A PRINCIPAL CONTRADIÇÃO DO URUGUAI

A Declaração Programática do PC uruguai constata que a principal contradição da estrutura econômico-social do Uruguai é a contradição entre as forças produtivas, que procuram desenvolver-se, e as relações de produção baseadas na dependência ao

imperialismo e ao monopólio da terra, que freiam o desenvolvimento das forças produtivas.

outro lado: operários, agricultores, pequenos e médios criadores, intelectuais, estudantes, funcionários públicos e empregados, aposentados e pensionistas, artesãos e pequenos comerciantes e a burguesia nacional, constituída principalmente pela média burguesia.

A ESCOLA E A IGREJA NA POLÔNIA

VLADISLAV GOMULKA

NOTA DA REDAÇÃO: - As agências telegráficas ocidentais têm procurado criar confusão na questão das relações entre a Igreja e o Estado na Polônia. O assunto ver-se-ia objeto de discussões naquela Democracia Popular...



midade com esse lema, ocupasse uma posição positiva em relação ao Estado.

É verdade que no mundo restam poucos imperadores e reis, mas a Igreja não despreza esse lema onde quer que eles tenham desaparecido.

de da Igreja aos limites que lhe são próprios.

Sómente as autoridades do Estado podem decidir da forma e do conteúdo do ensino na escola. Todos sabem, em nosso país, que os crentes têm uma absoluta garantia de liberdade de crença e práticas religiosas.

A PENETRAÇÃO IMPERIALISTA

A Declaração Programática do Partido Comunista uruguai constata a penetração dos capitais monopolistas estrangeiros, sobretudo norte-americanos, em algumas grandes empresas indus-

PRESOS DIRIGENTES DO PC PORTUGUÊS

Continuam as perseguições de Salazar a patriotas e democratas

O Comitê Central do Partido Comunista Português divulgou uma denúncia dos últimos atentados de Salazar contra democratas e comunistas. A denúncia afirma que, prossequindo a ofensiva terrorista contra o povo, a polícia política (PIDE) prendeu nos primeiros dias de dezembro do ano passado destacados patriotas portugueses...

Estas prisões — acrescenta a declaração do PC português — seguem-se às de centenas de outros anti-salazaristas, que durante e depois da última campanha eleitoral manifestaram a seu desentendimento contra o regime salazarista...

Nas prisões de Salazar se encontram patriotas como Alvaro Cunha, secretário do Partido Comunista Português, preso há cerca de 10 anos e cuja pena terminou em janeiro de 1956...

Devido às perseguições movidas pela polícia salazarista, teve que refugiar-se na Embaixada da Brasil o general Humberto Delgado, ex-candidato à Presidência da República.

MAO TSE-TUNG RECEBE LÍDERES COMUNISTAS LATINO-AMERICANOS

Nos primeiros dias deste mês, em Pequim, o Presidente da República Popular da China, Mao Tse-Tung, recebeu dirigentes comunistas de 12 países da América Latina...

Naturalmente a ordem jurídica estabelecida pelas autoridades competentes do Estado aplica-se na mesma medida tanto à hierarquia da Igreja como aos eclesiásticos de todos os graus e a todos os cidadãos.

A escola pertence ao Estado e não à Igreja; é uma escola pública. Isto é, o único mestre na Escola é o Estado. Sómente o Estado pode dar instruções referentes à Escola.

Pela separação da Igreja e do Estado e, igualmente, em conformidade com a essência socialista do nosso sistema social e com o espírito do Século XX, nossa escola possui um caráter laico e não religioso.

Querendo criar a atmosfera melhor possível entre o Estado e a Igreja, o Estado concluiu em dezembro de 1956 um entendimento com a direção da Igreja-Episcopado, pelo qual o Estado dá o seu acordo para a introdução da instrução religiosa como matéria facultativa em cada escola onde a maioria dos pais dos alunos fez o pedido por escrito às autoridades escolares.

É preciso lembrar que a autorização de introduzir a instrução religiosa nas escolas encontrou a hostilidade de uma parte importante da população e mesmo uma crítica severa.

O MILITARISMO ALEMÃO REERGUE A CABEÇA

Declaração do PC francês sobre o problema alemão

O Buro Político do Comitê Central do Partido Comunista Francês publicou uma declaração a respeito do problema da Alemanha.

Esta declaração foi tratada de acordo com o Tratado de Paz com a Alemanha, e militando sob o signo da unidade, não se recuperou política e economicamente na República Federal Alemã...

Esta situação em Berlim ocidental se agravou a tal ponto nos últimos tempos que os dirigentes ocidentais puderam dizer publicamente que se tratava de um problema de reparações devidas às vítimas da agressão...

Estas ameaças visam essencialmente à destruição da República Democrática Alemã, este primeiro Estado de operários e camponeses da Alemanha, que rompeu definitivamente com o passado e levava a prática os acordos de Potsdam...

racos, base social do militarismo alemão, estirpou o nazismo, proibiu o chovinismo e o racismo, afirmou, pela voz de seu presidente, Wilhelm Pieck, seu desejo de amizade e cooperação com a França.

que a Igreja não pôde atingir legalmente, pensou obtê-lo por outros meios. Inspirados pelo Episcopado, numerosos padres, seja pessoalmente, seja por intermédio de fiéis, mandaram atirar nas paredes das salas de aula emblemas religiosos e muitos catequistas começaram a fazer os alunos orar conjuntamente...

Em Toda a Parte, Não

Positivamente, estava sem sorte o presidente quando afirmou, num discurso em Pelotas, que a alta do custo de vida se verifica em toda a parte do mundo.

Mas, ainda que o presidente quisesse falar apenas do chamado "mundo livre", etc, que ama tanto a vertigem das velocidades, deveria ter em vista que se em todo o "mundo livre" a vida se torna mais cara e difícil, e pouco provável que haja algum lugar onde isto se dê no mesmo ritmo que entre nós.

A FUNDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



Em diversos países, o Partido Comunista se originou de crises nos antigos partidos socialistas da II Internacional. No Brasil, nenhum dos partidos socialistas que existiram em 1892, 1895, 1902, 1911 e 1919 tiveram forças ponderáveis, nem contaram com líderes de grande influência, capazes de se impor às massas; não eram partidos ligados ao movimento operário e jamais foram dirigentes de movimentos de amplitude.

O anarco-sindicalismo, que predominou de 1906 a 1920, não conseguiu estabelecer um movimento revolucionário capaz de imprimir uma orientação adequada à situação objetiva, quando eram sucedidos os alicerces da estrutura burguesa no mundo e o Brasil passava por uma de suas maiores crises. A constatação deste fato, resultante de um processo espontâneo e a bem dizer instintivo de autocrítica, que se acentuou principalmente durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, levou diretamente à organização dos primeiros grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a fundação do Partido Comunista. A bancarrota do anarquismo fora total e com ela ficou encerrada um largo período da história do movimento operário brasileiro. O conseqüente surgimento do Partido Comunista, ao mesmo tempo que assinalava o início de um novo período, era também a revelação de que as lutas precedentes haviam produzido um rápido amadurecimento político da classe operária brasileira, que assim mostrava compreender qual o papel histórico que lhe caberia à frente da revolução social e nacional em marcha (Astrojildo Pereira).

Em 1921, os principais líderes anarco-sindicalistas, que dirigiam as lutas operárias no Brasil, aderiram à concepção marxista-leninista, empolgados pelos êxitos e pela vitória do proletariado russo. O Partido Comunista do Brasil se originou, realmente, nesta cisão ocorrida em 1921, no seio do anarco-sindicalismo; um grupo de anarquistas teóricos recuou em sua atitude inicial de apoiar a revolução russa, posição que era comum às duas correntes existentes entre os anarquistas; o outro grupo rompeu com o que considerou erros e defeitos da orientação anarco-sindicalista e aderiu ao comunismo, mantendo e consolidando seu apoio à Revolução Russa.

Realmente, foi em fins de 1921 que surgiram os primeiros grupos comunistas brasileiros. Antes já existiam pequenos blocos simpáticos, sobressaindo dentre eles o Centro Maximalista de Porto Alegre, fundado em 1919, e a Liga Comunista de Livramento, criada em 1918.

Em 7-11-1921, foi fundado na rua do Senado 215 o Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que se organizou com o objetivo precípuo de promover a fundação do Partido Comunista do Brasil, de acordo com as 21 condições de admissão da III Internacional. Os fundadores do Grupo Comunista foram, em ordem alfabética: Antonino de Carvalho, Antônio Branco, Antônio Cruz Júnior, Astrojildo Pereira, Aurélio Durães, Francisco Ferreira, João Argolo, José Alves Diniz, Luis Peres, Manuel Abril, Olgier La-

HERMINIO LINHARES

cerda, Sebastião Figueiredo. Com exceção de Astrojildo, eram todos operários e comerciantes.

Deliberou-se publicar um mensário de doutrina e informação sobre o movimento revolucionário internacional; esse mensário, que depois mudou de formato e passou a quinzenário começou a circular em janeiro de 1922, tomando o nome de «Movimento Comunista». A atividade desse pequeno grupo foi intensa, contribuindo mesmo para que se formassem grupos análogos em vários pontos do país, como em São Paulo, Santos, Juiz de Fora, Recife, Cruzeiro. Entraram também em entendimentos com o Centro Maximalista de Porto Alegre, para que mandasse um delegado ao Congresso que estavam planejando, o que foi feito na pessoa de Abílio de Nequete, seu fundador.

Depois de quase cinco meses de preparação realizou-se, nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, o I Congresso do Partido Comunista, com a presença de delegados dos grupos comunistas existentes. Eram, ao todo, 9 delegados que representavam grupos do Distrito Federal e dos Estados do Rio, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Com uma única exceção, o alfaiate Manoel Cendón, que era socialista, os demais eram militantes ativos do movimento anarco-sindicalista, alguns com mais de 10 anos de lutas operárias. Apenas dois eram intelectuais — Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro, dos outros dois eram alfaiates (Joaquim Barbosa e Manoel Cendón), um tipógrafo (João da Costa Pimenta), um varejante (Luis Peres), um electricista (Hermogênio Fernandes da Silva), um barbeiro (Abílio de Nequete), um operário em construção civil (José Elias). Pela idade, o mais moço teria 20 anos e o mais velho menos de 40 anos. As sessões de 25 e 26 se realizaram no Rio. A reunião final efetuou-se na pequena sala de visitas da casa residencial da família de Astrojildo Pereira, à rua Visconde do Rio Branco, 651, em Niterói.

Foi a seguinte a ordem do dia: a — Exame das 21 condições para a admissão do Partido na Internacional Comunista; b — Estatuto do Partido; c — Eleição da Comissão Central Executiva; d — Ação pró-flagelados do Volga; e — Assuntos vários.

O Congresso discutiu as 21 condições de admissão na Internacional Comunista, aceitando-as sem reservas. Adotou os Estatutos do Partido e elegeu uma comissão central executiva. Aprovou mais algumas resoluções e moções de menor importância. Na 1.ª reunião foi lida a saudação enviada pelo secretário do Bureau da Internacional Comunista na América Latina, R. Vaterland, ao I Congresso do P. C. B., assim redigida:

«Ao reunirdes vosso Primeiro Congresso Comunista, o Bureau vos dirige este caloroso apêlo para alentar-vos na obra que tão decididamente iniciastes. Com efeito, segundo pensamos, essa magna Assembléia dá, neste momento, um dos passos mais importantes para a marcha futura do proletariado do Brasil: a constituição do Partido Comunista, a concentração da vanguarda, o agrupa-

mento, num único e disciplinado organismo revolucionário das forças conscientes da classe trabalhadora constitui, nas circunstâncias presentes, um dos atos mais transcendentes já realizados pelo proletariado do Brasil em seu movimento de libertação.

A importância que assume a constituição de um Partido Comunista tem-na sempre feito ressaltar a Internacional Comunista, referindo-se a todos os países do mundo; porém, essa importância é tanto mais de ressaltar quando o fato se verifica em um país onde o movimento operário em geral é difuso e onde as organizações sindicais muito caminho devem percorrer ainda para valer como força que sejam verdadeiras organizações de massas. No Brasil, a função orientadora do Partido Comunista reveste-se de especial importância; ele está chamado a fixar uma clara linha de conduta ao proletariado, ele deverá amparar os grandes camadas da população operária e compoensar sob as dobras da gloriosa bandeira da Internacional Comunista, incorporando assim os trabalhadores brasileiros no movimento universal de redenção.

Terminados os trabalhos, os nove congressistas levantaram-se e cantaram os estrofes da Internacional, tomados de viva emoção. E seus olhos voltavam-se para o futuro, certos que esta pequena reunião modificaria o destino de milhares de brasileiros.

Centenário De Um Clássico Judeu: Sholom Aleichem

Transcorreu a 2 de março deste ano o centésimo aniversário de nascimento do escritor e humanista judeu Sholom Aleichem. Sholom Aleichem, cujo nome de nascença é Sholom Rabinovitch, é natural da cidade de Pereyaslav, Ucrânia. Desde muito jovem distinguiu-se como um estudante brilhante. O grande clássico judeu iniciou sua atividade literária em 1879, escrevendo primeiro em hebraico para uma revista, passando mais tarde a usar o iídiche

e colaborando em um jornal popular. Foi escrevendo para o jornal que ele adotou o pseudônimo literário, Sholom Aleichem, uma forma de saudação popular entre o povo judeu, cujo significado é: «A paz esteja convosco!». Com a derrota da revolução de 1905, surgiu em toda a Rússia uma vaga de programas. Sholom Aleichem decidiu então transferir-se para os Estados Unidos, onde obteve grande notoriedade escrevendo para jornais em iídiche e declamando suas histó-

MÉTODOS LEGAIS E ILEGAIS DE LUTA

«Todo o mundo concordará em que seria insensata e mesmo criminosa a conduta de um exército que não estivesse disposto a utilizar toda espécie de armas, todos os meios e métodos de luta que possui ou pode possuir o inimigo. No entanto, essa verdade aplica-se com maior justiça ainda à política que à arte militar. Na política é ainda menor a possibilidade de saber de antemão que método de luta será aplicável e vantajoso para nós em tais ou quais circunstâncias futuras. Sem dominar todos os meios de luta, podemos correr o risco de sofrer uma enorme derrota, às vezes decisiva, se transformações na situação das outras classes, independentes de nossa vontade, colocam na ordem do dia uma forma de ação na qual somos particularmente débeis. Se possuímos todos os meios de luta, nosso triunfo é certo, porque representamos os interesses da classe realmente avançada, realmente revolucionária, mesmo no caso de que as circunstâncias não nos permitam fazer uso da arma mais perigosa para o inimigo, da arma suscetível de assaltar com a maior rapidez golpes mortais. Os revolucionários inexperientes imaginam frequentemente que os meios legais de luta são oportunistas, porque neste terreno (sobretudo nos chamados períodos «pacíficos», nos períodos não revolucionários) a burguesia enganava os operários com uma insolência e uma crueldade nunca vistas, proibindo que se dissesse a verdade sobre o caráter de rapina da guerra. Porém, os revolucionários que não sabem combinar as formas legais de luta com todas as formas ilegais, são péssimos revolucionários. Não é difícil ser revolucionário quando a revolução estalou e se encontra no seu apogeu, quando todos e cada um de per si aderem à revolução por entusiasmo, por moda e às vezes por interesse pessoal e desejo de fazer carreira. Custa muito ao proletariado, produza-lhe duras penas, origina-lhe verdadeiros tormentos, o «desfazer-se», depois de seu triunfo, desses «revolucionários». É infinitamente mais difícil — e muitíssimo mais meritório — saber ser revolucionário quando a situação ainda não permite a luta direta, franca, a verdadeira luta de massas, a verdadeira luta revolucionária».

(V. I. Lênin: «A Doença Infantil do «Esquerdismo», no Comunismo»).

rias. Em 1908 voltou à Rússia. Desde os primeiros anos do século XX iniciou uma correspondência íntima com Maximo Gorki, que influenciou em grande escala os seus pontos-de-vista democráticos. Em 1914 retorna a Nova Iorque com a sua família, e reencontra a sua atividade de publicista, que se prolonga até sua morte, em 13 de maio de 1916. Seus funerais foram uma grande demonstração de amor e carinho que lhe dedicava o povo judeu. Em vários países atualmente preparam-se comemorações para assinalar o centenário de Sholom Aleichem. Na União Soviética prepara-se uma edição das suas obras completas em 6 volumes, em língua russa. O primeiro volume, lançado a venda em 22 de fevereiro, teve a sua edição esgotada em 45 minutos. O número total de exemplares da 1.ª edição será de 250 mil. Será também lançada uma edição de suas obras escolhidas em língua iídiche num total de 30 mil exemplares. O centenário do grande clássico judeu será também comemorado pelo Conselho Mundial da Paz em muitos países.

HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO (III)

Os primeiros exemplos de repressão cruel do movimento reivindicativo dos trabalhadores vem precisamente da Inglaterra — que ainda hoje é, entretanto, apontada em certos setores, como modelo de país democrático, padrão de respeito aos direitos e liberdades humanas... Tendo obtido do Parlamento a lei que proibia as «trade unions», a burguesia inglesa não teve nenhuma moderação ao aplicá-la. Em 1812, por exemplo, rompeu um movimento grevista que, espontaneamente, transformou-se em revolta. A fábrica foi incendiada e muitos operários levados aos tribunais. Foi organizado, então, o processo conhecido como da Juizaria de Middle Taver. Nada menos de 32 trabalhadores foram condenados por participação no movimento, dos quais 8 a morte na forca, 17 a sete anos de trabalhos forçados e 7 a sete meses de prisão.



Fourier

Mas, não apenas na Inglaterra trouxeram estes movimentos espontâneos dos trabalhadores contra a exploração que os subjuguava. Eles se verificavam, igualmente, na França e em outros países que se libertavam do feudalismo e progrediam pelo caminho capitalista. Por isto mesmo, não tardaram a surgir homens que submetiam à crítica essa nova sociedade, apontando-lhe os defeitos e buscando remédios para os seus ma-

les. Naturalmente, havia outro tipo de críticos do capitalismo: representantes daquelas classes e camadas da sociedade medieval que tinham sido corrompidas pela revolução burguesa. Mas, não é a estes que nos referimos e sim a alguns pensadores que, partindo das grandiosas conquistas da revolução burguesa, preconiza-

operária, o proletariado industrial, ainda não havia desdobrado como classe. Os operários eram considerados e se consideravam a si próprios apenas como uma parte da pobreza, em geral, em cujo seio se diluíam. Ainda não se haviam dado conta de que constituíam uma nova classe dentro da sociedade, precisamente a classe mais revolucionária e avançada. E se ainda não tinham consciência disto é exatamente porque ao na primeira metade do século XIX, quando a revolução industrial chegou ao seu término na Inglaterra, quando se produziram máquinas que fabricavam outras máquinas, o proletariado industrial se transformava numa classe que luta independentemente por seus próprios direitos e possui suas aspirações específicas. Não é, por isso mesmo, de admirar que os primeiros a exprimir os anseios dos operários, em termos de teoria e de doutrina, tenham sido elementos da burguesia, idealistas no melhor sentido da palavra. Três deles destacaram-se dentre todos. Foram Saint-Simon e Fourier, na França, e o inglês Robert Owen. Delos são os primeiros esforços para criar

teorias socialistas, capazes de iluminar o caminho da transformação da sociedade capitalista imperante, em sociedade perfeita, como diziam. Vejamos, brevemente, de que modo pensavam cada um dos grandes socialistas utópicos. SAINT-SIMON — Nasceu em 1760 e morreu em 1825, numa família nobre. Claude Henry de Saint-Simon, ainda na juventude revelou a nobreza do seu caráter e quando o povo dos Estados Unidos tomou armas para a conquista de sua independen-

litares. A nova sociedade devia ser constituída unicamente pela classe dos «industriais», composta principalmente pelos operários, burgueses e intelectuais, mas que também incluía os lavradores. Saint-Simon não percebia, assim, o antagonismo de interesses entre a burguesia e o proletariado. E não porque o quisesse ver, mas pelo fato de esse antagonismo, na França de sua época, ainda não ter se revelado. Era, segundo Marx, a época em que os operários li-



Saint Simon

dade deste, em vez de lutar, passou a lutar apenas pela sociedade burguesa e pelo comércio que considerava, grande ou pequeno, como um bem, o maior mal da sociedade capitalista. Indagando sobre qual a causa dos defeitos da sociedade burguesa, aproximou-se de uma conclusão muito importante: no motivo o viciado social com chaves de grando, a fim de vender mais viços, e assim sucessivamente. Claro que há exemplos nas conclusões de Fourier. Mas, o seu maior merito está em haver concebido a sociedade do futuro como baseada no trabalho coletivo — nos «fábricas». Mostrava a superioridade da economia coletiva em relação a economia capitalista. Entretanto, como Saint-Simon, achava que essa sociedade devia ser organizada pelos capitalistas e os operários, assim como pelos intelectuais. Os capitalistas entravam com o dinheiro e os operários e intelectuais com suas forças físicas e intelectuais. Constituída a fábrique, os capitalistas recebiam os lucros e não precisariam trabalhar. Os lucros da «fábrique» deveriam ser divididos em 12 partes, das quais 3 para os intelectuais, 5 para os operários e 4 para os capitalistas. Acreditando, inquestionavelmente, em que os capitalistas necessitariam o seu plano de organização social, Fourier escrevia-lhes cartas e, em horas determinadas, aguardava que chegassem a sua casa um milionário, que colocaria milhões à sua disposição. Apesar dos defeitos e das limitações de suas ideias, havia elementos geniais no conceito da nova sociedade de Fourier, o mais importante dos quais eram as virtudes que atribua à economia coletiva.

OS CRITICOS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

cia. Saint-Simon para ali acorreu e lutou ao lado dos norte-americanos. Regressando a França, passou a dedicar-se à solução dos problemas sociais. Apresentou, em suas obras, muitas ideias novas. Acharva, por exemplo, que todos os membros da sociedade deviam trabalhar e criticava acerbamente a parte da sociedade que levava uma existência parasitária. Seus trabalhos são impregnados de simpatia pelos pobres. Na sua última obra, «O Novo Cristianismo», propunha uma nova organização na sociedade que excluísse a classe dos «parasitas», os quais, para ele, eram a aristocracia, os latifundiários, a burocracia e os mi-

tavam contra os inimigos de seus inimigos, isto é, em que os operários, aliados à burguesia, lutavam contra os feudais que queriam impedir o desenvolvimento do capitalismo. Porque pensava que a futura sociedade do trabalho devia ser organizada pelos burgueses e pelos operários, Saint-Simon era um sonhador, um utópico. Mas, no fato mesmo de imaginá-la como uma sociedade em que o trabalho fosse obrigatório para todos residem a grandeza e a generosidade de suas ideias. FOURIER — Viveu de 1772 a 1837, sendo filho de uma família burguesa. Obrigada, pelo pai, a trabalhar na loja de proprie-

NOTAS SOBRE LIVROS

Da Editora Fulgor, de São Paulo, é o volume **Brasileiros contra o Brasil**, antologia nacionalista contendo artigos de Adalgisa Nery, Cato Prado Júnior, Elias Chaves Neto, Gondim da Fonseca, Osny Duarte Pereira, Osvaldo Costa, Paulo F. Alves Pinto, Pompeu de Azevedo, São artigos em geral excelentes, nos quais se analisam os vários aspectos do nacionalismo brasileiro na hora presente, em luta aberta contra o inimigo imperialista e seus agentes internos, os mais brasileiros ferretizados com o adequado epíteto de "centro-guistas".

O volume é prefaciado pelo deputado Gabriel Passos, que é, como se sabe, um dos mais ilustres componentes da Frente Parlamentar Nacionalista, e seu prefácio é uma página de boa tempera, em que o autor expõe com clareza os seus pontos-de-vista sobre a natureza do movimento nacionalista. Há entretanto certa passagem desse prefácio com a qual não podemos de forma alguma concordar: quando o prefaciador atribui à URSS objetivos políticos — e também métodos de ação — idênticos aos objetivos e métodos que caracterizam o imperialismo americano. Semelhante opinião, sem base na realidade, é fruto de mero preconceito anticomunista, de que ainda não se libertou, ao que parece, o eminente deputado.

A URSS é um Estado socialista e como tal sua política externa não pode visar aos mesmos objetivos nem usar os mesmos métodos que os Estados Unidos, país imperialista. Trata-se de uma diferença fundamental, com base na própria natureza do regime existente num e noutro lugar. E se isto é certo teoricamente, os fatos concretos demonstram que a prática não discorda da teoria.

Citaremos em apoio desta verdade os exemplos mais conhecidos e de maior vulto — os do Egito e da Índia, países do tipo chamado subdesenvolvido, como o nosso e como o nosso em luta aberta contra os imperialismos inglês e americano. Ambos têm recebido substancial ajuda econômica e técnica da URSS — ajuda sempre desinteressada e fraternal, sem qualquer propósito, ostensivo ou oculto, de exploração e opressão. E assim acontece precisamente porque se trata de ajuda prestada por um Estado socialista, que é por definição inimigo de toda exploração e opressão, tanto interna quanto externa.

Entre os artigos recolhidos nesta antologia nacionalista, há um de Gondim da Fonseca, publicista sabido, honesto e confessadamente não comunista, em que se apontam algumas das causas da "propaganda fanfarrônica contra a URSS". Somos forçados a supor que o preconceito anticomunista, que ainda pesa sobre a opinião do deputado Gabriel Passos, é principalmente alimentado por uma propaganda obstinada, multiforme, insidiosa, que os técnicos da "guerra psicológica" espalham pelo mundo inteiro, mediante variadíssimos processos, desde os mais grosseiros aos mais sutis, inclusive os que levam a uma deformação sistemática da realidade.

Herman Lima — **Imagens do Ceará**, edição dos Cadernos de Cultura, a já famosa coleção criada e dirigida por Símeão Leal. São 160 páginas de memórias de meio século, reminiscências da terra natal, evocações familiares, travessuras de menino, andanças de jovem e homem feito, trabalhos, viagens, cenas, costumes, tipos — tudo numa

prosa firme, límpida, em que se refletem a luz ardente daqueles céus e a verde imemorial daqueles verdes mares bravios. A par das lembranças e saudades, não são raros nesta página ou comentários, as reflexões, as aproximações atuais, o que lhes confere especial sabor de vivos contrastes entre coisas de ontem e de hoje.

A CURVA GLORIOSA

Ana Seghers

Ana Seghers, autora alemã publicada em português em 1928, com o apelido de "princesa da literatura", escreveu regulares e populares romances — **A CAMINHO DA PAZ**, **BAIXADA AMERICANA**, **OS COMPANHINHOS**, **O PACTO DE UMA CABEÇA**, **CAMINHO ATRAVÉS DE FEVEREIRO**, **A SERRA DA CRUZ** (já traduzido em português), **OS MORTOS PERVALENCEM JUVENS**, etc., além de romances, contos e narrativas. O conto **A CURVA GLORIOSA**, que trata de um acidente de trem em Vilhas do Colito Aéreo, de Santa Catarina, de São Paulo.

Num grupo de suspeitos encerrados pelos japoneses numa casa de Xangai, encontrava-se, imóvel, um homenzinho, cujos traços eram bem melhores do que os da maioria que ali estava. O seu rosto, porém, em nada se distinguia dos outros: a sentença, aliás, aguardada, tornara-os em tudo semelhantes.

Um oficial, com alguns soldados, entrou no recinto. Os presos fixaram-no intensamente. O oficial passou o olhar, ligeiramente, sobre toda aquela gente, detendo-se por fim no homenzinho. Deu uma ordem. E o homenzinho foi empurrado e apalpado silenciosamente. Perguntas foram-lhe feitas. Mas nem as mãos nem as perguntas conseguiram perturbá-lo. Uma pausa — haviam encontrado no seu casaco um papel. Mas não havia nele outras informações além das que ele já dera: Wu-Pei-li, chefe do comerciante Sang-Lo-fei.

Arrastaram Wu-Pei-li para o pátio e, depois, através de várias casas, para um pátio maior, onde ficavam as garagens. Entre canos de ruínas, Wu-Pei-li teve de esperar. Até que dois policiais o mandaram tirar um dos automóveis para fora da garagem. Um deles sentou-se ao seu lado, o outro atrás. Davam-lhe ordens, tocando-lhe com os revólveres na frente ou na nuca. Assim passaram por várias ruas e, por fim, pararam diante do quartel-general japonês. Dois oficiais do estado-maior e um ordenança meteram-se também no carro. Abriram um ma-

pa e marcaram o caminho. Os pensamentos do chefe Wu-Pei-li desviaram-se da morte que, ainda há pouco, lhe parecera inevitável, para o ponto vermelho do mapa, por trás do caminho que conduzia aos estaleiros.

Ordenaram-lhe: — Anda depressa! A toda velocidade!

Tocou a buzina. A insuportável buzina dos carros militares japoneses que, ouvida durante dias e semanas, lá dando cabo dos seus nervos,



ASTROJÓLIO PEREIRA

Um livro que dá gosto de se ler, dêsse que a gente lê vagarosamente, incluindo misturando com outras leituras.

Dirce Cortes Riedel — **O Tempo no Romance Machadoiano**, edição da Livraria S. José, bonito volume incluído na esplêndida coleção "Ensaíolos" que o próprio Carlos Ribeiro dirige com bom gosto e apurado senso cultural. O livro é constituído pela tese apresentada, em maio de 1957, à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal para obtenção do título de livre-docente de Literatura Brasileira. Prefácio do prof. Afrânio Coutinho, que apresenta o trabalho da autora como um exemplo de aplicação dos métodos da "nova crítica". Ótimo. Somos daqueles que pensamos que Machado de Assis ainda vai dar muito trabalho às novas e velhas críticas, e toda crítica feita com inteligência, seja qual for a sua orientação, pode contribuir com algo de novo na interpretação do fenômeno machadiano.

Eugênio Gomes — **Visões e Revoluções**, mais um volume da Biblioteca de Divulgação Cultural editada pelo Instituto Nacional do Livro. Obra de um ensaísta maduro, operário infatigável da moderna crítica literária em nossa pátria. Neste volume são abordados numerosos poetas e prosadores brasileiros, desde Gregório de Matos a Rui Barbosa, e seu título como que define as intenções do crítico: aqui está, efetivamente, uma série de visões e revisões de valores da nossa literatura.

Uma pequena retificação. A estatística que citamos aqui a semana passada, relativa à produção de livros da URSS, — 1 bilhão de volumes sobre um total mundial de 5 bilhões, — refere-se a um ano apenas e não ao biênio 56-57 como podia parecer, em vista da estatística percentual do biênio citada pelo Prof. Nóbrega.

Deslizaram através de Tschapei, passaram ruas destruídas, rasgadas pelas metralhadoras, onde gente completamente desorientada formigava.

Passaram também ao longo do canal, Wu-Pei-li sentia ainda a boca dos revólveres. Eram ainda duras, mas já não frias. Os homens controlavam cada um dos seus gestos, mas não podiam fazer coisa alguma com os seus pensamentos, nem contra o que é, intimamente, resolveram...

Chegando à cabeceira da ponte, o chefe Wu-Pei-li soube o que lhe cumpria fazer. Virou, inesperadamente, a direção do carro, atirando-o, com os dois generais de estado-maior e o ordenança, com os dois policiais e o próprio, para o meio do rio, numa curva gloriosa que se gravou para sempre na memória do povo.

CINEMA ARTE DO SÉCULO

(III) PÚBLICO

E INTERCÂMBIO CINEMATOGRAFICO

COM frequência o cinema repete frases, mais ou menos assim:

"Filme bom não tem público" ou "Todo mundo vai ao cinema porque é lá dos artistas".

Tais "slogans" não são tão reais como parecem, na realidade servem para liquidar as veleidades estéticas do espectador que deseja aprimorar o seu gosto, nivelando-o ao mais banal dos frequentadores das salas escuras.

O que em verdade ocorre é bem diferente. O público sofre um impacto diário e constante, através de meses, da publicidade que lhe martela por todos os meios possíveis os méritos de tal ou qual filme, os encantos de determinada atriz ou a virilidade de um jovem astro. A eficiência da propaganda varia em função inversa da cultura da massa dos espectadores, na razão direta do seu poder econômico, entrando como fatores secundários idade, sexo, etc. Está mais sujeito a sofrer a influência da publicidade o indivíduo que vai sempre ao cinema, uma vez que sua escolha está limitada a uns poucos filmes inéditos para si. Mas, se essa influência existe, nem sempre ela determina o comportamento do público.

Um exemplo inofensivo de como os bons filmes merecem boa acolhida e proporcionam rendas apreciáveis pode ser dado com as obras de Charlie Chaplin. A partir de 1950 vem sendo reapresentados com sucesso: **Luzes da Cidade**, **Tempos Modernos**, **Em Busca do Ouro** e **O Grande Ditador**, além de uma coletânea de suas obras mais antigas num programa de duas horas. É bom ter em mente que as três primeiras fitas citadas e esta coletânea não são faladas, possuem apenas uma trilha sonora musical. Apesar disto, em todos os países onde têm sido relembradas, estes velhos filmes de Carlitos conseguem despertar tanto interesse no público quanto as estrelas em cinematocópia, som estereofônico e tecnicolor.

Hoje, é fato normal o fá de cinema procurar uma orientação nas colunas especializadas dos jornais e revistas, no rádio ou na televisão, em que pese a boa ou má orientação dos críticos destes órgãos de informação. Uma razoável parcela, constituída particularmente de jovens, procura tomar conhecimento dos livros comparados à sétima arte pesquisando a história e a estética do filme.

A formação de uma mentalidade saudável, de um público consciente, capaz de separar o joio do trigo, depende especialmente do desenvolvimento cultural e, relativamente portanto, da elevação do nível econômico da massa dos espectadores. Na medida em que a literatura, a música, artes plásticas, o teatro e a dança, entram na vida de cada indivíduo isto acarreta modificações no seu conceito do belo e consequentemente maior rigor na apreciação da obra de arte. Tal elevação nos estímulos estéticos conduz a um novo critério de julgamento do espetáculo cinematográfico.

Essa como se vê, é um número cada vez maior de pessoas procura a um cinema não pelo nome do "astro" ou do "estrela" e sim atraído pelo caráter ou roteiro ressonante pelo argumento, tal como René Clair, William Wyler, Cesare Zavattini, Claude Autant-Lara, Jean Renoir, Jules Dassin, Jean-Pierre L  aud, Christian-Jaque, Lucien Visconti, Robert Altman, Mervyn LeRoy, John Huston, Federico Fellini, Laurent Olivier, etc.

O MERCADO DE FILMES

SE o gosto do público é moldado pela propaganda e está em função do grau de cultura e poder econômico de cada espectador isolado, também o mercado de filmes exerce sua parcela de influência na formação de uma mentalidade cinematográfica.

O mercado de filmes varia de país para país, de acordo com as peculiaridades locais, condicionado a fatores como:

1. As barreiras econômicas e políticas;
2. O bom ou mau gosto dos distribuidores e exibidores;
3. As censuras.

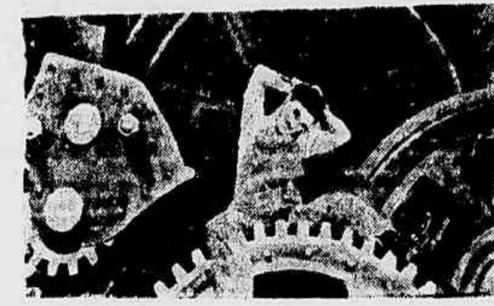
Países há, como a França, em que é limitada a entrada anual de filmes estrangeiros para proteção da indústria local; outros (os do campo socialista) condicionam a importação de fitas à sua seleção por uma comissão especial de técnicos, segundo critérios artísticos; finalmente, nações como a nossa não impõem qualquer restrição, no plano comercial, à vinda de películas do exterior.

As barreiras políticas est-

as obras consideradas por distribuidores e exibidores como capazes de produzir boas rendas, depois de terem passado pelo crivo das censuras: morais, políticas, religiosas ou educacionais. O que afirmamos pode ser ilustrado, por exemplo, em: a interdição (na França) do excelente **Gloria Falsa de Sangue** de Stanley Kubrick; o embargo a exportação pela censura italiana de **Totó e Carolina** de Mario Monicelli; a tentativa de proibir a exibição de **Kio, Quarenta Graus**. Por outro lado, os filmes soviéticos (por obra das barreiras políticas) es-

GENNYSON AZEVEDO

tiveram praticamente interditos em nosso país até muito recentemente. Quanto ao gosto dos exibidores são e mais nos casos de películas de ótima qualidade que jamais obtiveram programação (estão no caso **Raizes** do mexicano Benito Alaraki e **Hiroshima** do japonês Hiroo Sekigawa) e outras lançadas em cinemas acanhadas e sem cont  rio ou em apenas uma sala.



Charlie Chaplin em "Tempos Modernos"

CINEMINHA * CINEMANHA

BARAO DE ITARARE

A ARVORE DA CIENCIA DO BEM E DO MAL

A árvore da Ciência do Bem e do Mal é o vegetal mais velho do mundo. Pode-se dizer que essa árvore, talvez, já existisse antes do aparecimento do reino animal sobre a face da Terra. E, portanto, muito mais velha do que os mais velhos carvalhos da China, as mais velhas oliveiras da Palestina, os mais velhos pinheiros da Escandinávia e os mais velhos jequitibás da floresta amazônica, que provavelmente foi a sede do Paraíso Terrestre e, agora, depois que os americanos tomaram conta da América Latina, é o autêntico Inferno Verde.

Os professores de Botânica, os cientistas que estudam a Flora, os investigadores da Arqueologia, entretanto, não devem perder tempo em procurar saber onde essa árvore se encontra e qual o seu estado de conservação. Não adianta também indagar se já morreu, se já foi comida pela gleba ou se agora está transformada numa pedra, ou integrada numa mina de carvão ou, quiçá, já diluída numa profunda jazida petrolífera.

Desistam todos dessas buscas, renunciem a essas pesquisas, abandonem essas indagações, que seriam inúteis e infrutíferas. A triste verdade, que devemos transmitir aos nossos eruditos leitores, com uma imensa dor na ponta da pena e uma pena maior no coração, é que essa tal árvore da Ciência do Bem e do Mal nunca existiu. Mas não é só. O Bem e o Mal também nunca existiram e, portanto, não existem. E por isso, caríssimos membros do Conselho de Sentença, que nunca será possível extinguir o Bem ou o Mal da cabeça dos homens.

Conhecimento e ignorância

Não há bem nem mal. Há conhecimento e ignorância. O bem é uma forma do conhecimento. O mal é uma forma de ignorância.

Se a natureza é sabia. E, por isso, faz e destoa. Analisa e sintetiza. Cria e transforma, aperfeiçoa e desmancha, sem perda nem prejuízo, sem lucro nem dano. Tudo vale tudo e nada vale nada.

O crime, a maldade, a guerra, o egoísmo, a ambição, a avareza, o medo, o orgulho, são aspectos da ignorância. A bondade, a alegria de viver, a segurança social, o direito de não morrer de fome, a paz, são modalidades de sabedoria.

A harmonia dos contrários, a convivência pacífica dos regimes, as relações diplomáticas com os adversários, eis os melhores meios de se chegar ao conhecimento recíproco, o que vem a ser um bem para todos.

A natureza também tem as suas perturba-

ções, também tem as suas tempestades. Mas, depois da borrasca, surge a bonança. Depois dos raios e trovões, o sol e o arco-íris. Por mais escura que seja a noite, sempre lhe segue a luz do dia.

Essa é a lei natural contra a qual investem inutilmente os poderosos guerreiros, os manipuladores de catastrofe. Medo e covardices, esgotados, habando bis pelo canto da boca, porque o mundo avança pelo espaço cósmico, sem tomar conhecimento do estrebachamento dos vermes.

Fica, assim, respondida a velha pergunta: Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Resposta absolutamente certa: Foi o pinto!

A arte do filme, a despeito de todos os obstáculos, tem progredido muito desde o seu nascimento. De simples descoberta da física projetando imagens animadas, ao cinema falado foi apenas um salto, depois veio a cor. Mas o progresso técnico continuou e hoje temos o cinematocópia, o cinerama e o cinema estereoscópico. Também o som abriu novos horizontes, não se limitando a registrar a voz e os ruídos, vindo incorporar a música definitivamente ao espetáculo cinematográfico, com o notável desenvolvimento da alta fidelidade. A cor durante muito tempo imperfeita, até mesmo grotesca, possuiu obras definitivas.

A par das conquistas da técnica, a arte do filme tem se elevado no plano das idéias ao exprimir a generosidade, a emoção, o amor, a esperança, a alegria, a ternura, a beleza, o riso e os costumes dos povos. Pelo intercâmbio tem levado uma visão rica e variada de povos raciais e geograficamente distantes, permitindo o seu mútuo conhecimento. Gracias a isto ela se universalizou, seu futuro é imenso e imprevisível.

QUEM NASCEU PRIMEIRO: O OVO OU A GALINHA?

Parece que cabe ao Brasil a glória de responder, afinal,   que ancestral problema que pergunta:

— Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Pelo que se observa atualmente neste formoso país, os cientistas de todo o mundo estavam comendo gambá errado. Não foi a galinha nem foi o ovo. Quem apareceu, primeiro, por geração espontânea, foi o pinto. Isto pode-se verificar, neste momento, no Brasil. Não há galinhas. Não há ovos. No entanto, os pintos estão surgindo, os pintos estão aparecendo e, mais do que isso, estão tomando conta do país. S. Paulo já está por conta de um carvalho pinto e, agora, Minas está ameaçada de cair nos garras de magalhães pinto. Como se explica o aparecimento d  esses pintos, que já dominam os dois Estados mais importantes do Brasil, se não há ovos, se não há galinhas?

Fica, assim, respondida a velha pergunta: Quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha?

Resposta absolutamente certa: Foi o pinto!

PENSAMENTOS QUE DÃO QUE PENSAR

O AMOR

O verdadeiro amor capitalista não    o primeiro amor, mas o amor próprio.

O TEMPO

Mas, afinal, somos nós que matamos o tempo ou    o tempo que nos mata?

Sabotagem Na Central Do Brasil ? Não ! Sabotagem Da Central Do Brasil !

Nem a polícia, nem a administração da ferrovia, nem os que se utilizam dos trens suburbanos acreditam na explicação oficial das depredações em Nilópolis e S. Cristóvão - A Central serve mal, pessimamente, eis a questão - E ainda provoca o povo

Após as explosivas manifestações populares nas estações de Nilópolis e São Cristóvão, surgiu nos jornais a versão de que tudo era obra de agitadores e sabotadores. A prova: uma bomba que teria sido achedada no interior da cabine da estação de Nilópolis.

E pouco provável que as autoridades policiais acreditem nesta ridícula explicação. Tampouco nela acreditarão os cidadãos da Central do Brasil. Quanto aos jornais, já manifestaram francamente que esta história de sabotagem sem sabotadores e sem culpados é expediente velho que já não flui. Por fim, para as centenas de milhares de pessoas que diariamente sofrem nos trens suburbanos, todos os sofrimentos, tal afirmativa, além de mentirosa, é irritante.

Por quê?

RECONHECIMENTO INSUSPEITO

Já no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, elaborado há sete ou oito anos, mencionava-se a situação de descalabro em que se achavam os transportes suburbanos da Central do Brasil, apontada como sério fator de inquietação social. A

superlotação dos trens de passageiros, calculados para 80 pessoas, mas transportando até 400, o enorme tempo perdido pelas populações suburbanas, que gastavam 4 e 5 horas para locomover-se de casa para o trabalho e vice-versa, o tremendo desconforto das viagens — tais eram algumas das razões em que se fundavam as conclusões da Comissão Mista. Isto foi há anos. E de lá para cá? A situação, onde não permaneceu a mesma, piorou. E já que se fala em sabotagem, não é demais observar que uma série de atos da atual administração parece obedecer ao propósito deliberado de provocar o povo, excitar o ânimo dos moradores dos subúrbios.

Efetivamente, partindo das necessidades da ferrovia, a direção da Central concentrou sua atenção exclusivamente sobre os vagões de carga, deixando praticamente na mesma situação — o que, em termos de técnica ferroviária, quer dizer em situação pior — os carros de passageiros.

ALTERAÇÕES DESASTROSAS

Em nome da elevação da re-

ceita da ferrovia, foram introduzidas modificações, no transporte de passageiros suburbanos, verdadeiramente desastrosas. Assim, é que foi abolida a venda de passes, que proporcionava aos moradores dos subúrbios da Central não somente uma economia de dinheiro, já que tais passes eram vendidos com abatimento de 40 por cento — como de tempo, pois que têm agora, que enfrentar penosas filas, sendo o pagamento feito nas borboletas das estações. Também os portões de saída foram substituídos por borboletas, o que obriga consideráveis massas a uma espera enervante para abandonar as estações.

Tudo isso seria muito pouco, ou nada, talvez, se não se juntassem os atrasos sistemáticos dos trens, tanto na partida das composições, como no trajeto.

Quando as viagens suburbanas da Central foram aumentadas de 70 centavos para dois cruzeiros, prometeu a administração que os trens sairiam de 8 em 8 minutos (o que extremamente insuficiente em certas horas) e com intervalos de 16 minutos nas linhas diretas. Claro que a

promessa não foi cumprida e acentuou no conceito popular a demoralização e o descrédito da administração.

Em vez disso, o que ocorre? As vezes se dá que depois de se acomodarem — ou melhor, entrarem — numa composição, os passageiros são notificados por um alto-falante rouquenho de que aquele trem não sairá... Então, cada uma daquelas milhares de pessoas reinicia a estúpida batalha por um lugar favorável na plataforma e, afinal, para entrar em outro trem, o comboio se detém. Os carros de aço, neste calor carioca, se transformam em autênticas fornalhas e os ventiladores (quando funcionam) não conseguem amenizar a temperatura interior, sempre de mais de trinta graus. A indignação dos que viajam raia à cólera. E ficam os trens, durante 30, 40 minutos, uma hora e até mais, de portas fechadas, a multidão espremida no seu interior.

OS ACIDENTES DE NILÓPOLIS

A explosão popular na estação de Nilópolis verificou-se depois de uma dessas pa-



Diante de uma porta semi-aberta avançam os passageiros, procurando passar pela estreita abertura, em busca do privilégio de viajar sentado

radas. Após estacionar durante 40 minutos, um trem, cheio de passageiros, recebeu ordens de encaminhar-se para um desvio e ali aguardar... Enquanto isto, às vistas dos passageiros suplicados, partiam no mesmo sentido dois trens vazios, sem recolher uma só pessoa!

Pode surpreender que a indignação popular tenha explodido? É preciso buscar uma bomba para explicar o fenômeno? Ou, antes, o material explosivo foi fornecido pela própria ferrovia, pelas medidas que toma — e as que não toma — e pelo súbito desprazo que vota no novo subúrbano? Somente depois dos acontecimentos de Nilópolis foi que a administração da Central veio a público com uma nota justificando os atrasos: a substituição — sem dúvida indispensável — dos velhos trilhos. Mas, ainda nesse caso, a explicação é pouco convincente: por que a mudança dos trilhos impediu a saída do trem com passageiros, mas não impediu que partissem dois outros trens vazios, no mesmo sentido?

Após estacionar durante 40 minutos, um trem, cheio de passageiros, recebeu ordens de encaminhar-se para um desvio e ali aguardar... Enquanto isto, às vistas dos passageiros suplicados, partiam no mesmo sentido dois trens vazios, sem recolher uma só pessoa!

Pode surpreender que a indignação popular tenha explodido? É preciso buscar uma bomba para explicar o fenômeno? Ou, antes, o material explosivo foi fornecido pela própria ferrovia, pelas medidas que toma — e as que não toma — e pelo súbito desprazo que vota no novo subúrbano? Somente depois dos acontecimentos de Nilópolis foi que a administração da Central veio a público com uma nota justificando os atrasos: a substituição — sem dúvida indispensável — dos velhos trilhos. Mas, ainda nesse caso, a explicação é pouco convincente: por que a mudança dos trilhos impediu a saída do trem com passageiros, mas não impediu que partissem dois outros trens vazios, no mesmo sentido?

das tropas do Exército, colocadas em contraposição ao povo. De resto, a experiência mostra que tais ameaças só surtem efeito até certo ponto e poderão mesmo transformar-se em seu oposto se não houver medidas urgentes para melhorar os transportes suburbanos da Central.

O RECURSO A REPRESSÃO

E evidente que as explosões populares e as depredações não são o meio adequado para resolver o problema, pois, em última análise, é dos cofres públicos que saíram os recursos para reparar os danos. Entretanto, em tais casos, o que vale o apelo à razão, se em vez de adotar providências eficazes o governo recorre



Ao abrirem-se as porta, em meio de atropelo geral, verifica-se a luta pelos assentos

BANCÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL PELA SUBSTITUIÇÃO DO PRESIDENTE DO IAPB

Em cumprimento à resolução tomada pelos dirigentes da corporação de todos os Estados, os bancários do Distrito Federal reuniram-se terça-feira última em assembleia no seu Sindicato, para discutir o problema da presidência do IAPB.

Após debates que se prolongaram até às primeiras horas da noite seguinte, os bancários cariocas pronunciaram-se pela substituição do atual presidente, indicando-se um outro bancário para o posto. O novo indicado deverá submeter-se aos mesmos compromissos assumidos por Enos Sadock de Sá por ocasião da sua indicação, e fazer declaração de bens, ao assumir a direção do Instituto e quando deixar o cargo.

Além disso, devendo a CONTEC manter um Departamento de Previdência, foi decidido propor que o presidente do IAPB consulte o referido Departamento para efeito de nomeação de pessoal.

Fortuny pode permanecer no Brasil

O direito do ex-parlamentar gineense Manuel Fortuny permanecer no Brasil, e portanto, a ilegalidade de sua expulsão, foi resolvido pelo Conselho Jurídico do Ministério da Justiça, dr. Amor Balthar Manoel, em parecer exarado no processo administrativo que tramita naquele Ministério. Depois de examinar o caso do ponto-de-vista jurídico, conclui o Conselho afirmando que as atividades políticas progressistas de Fortuny não constituem motivo para a sua expulsão do país. Observa, além disso, que o líder gineense responde pessoalmente a processo numa Vara Criminal desta Capital, acrescentando que Fortuny pode permanecer no Brasil até que providencie assim em outro país.



Convém recordar que o Supremo Tribunal Federal concedeu recentemente habeas-corpus, por unanimidade, ao ex-secretário da Assembleia Constituinte da Guiné.

Unem-se Os Amigos Do Méier

Numerosos moradores do Méier reuniram-se domingo último na sede do Esporte Clube Valim e, protestando contra o descaso das autoridades pelos problemas dos bairros, fundaram a Sociedade Amigos do Méier, com a finalidade de exigir melhoramentos em benefício da população local.

Os interesses mais prementes dos moradores daquele populoso subúrbio foram debatidos, em ambiente de cordialidade, tendo falado o general José Faustino, o sr. Osvaldo Lascasas, presidente da Associação de Mercados Municipais, o prof. Joaquim Naegele, o tenente-coronel Lucas de Almeida Guimarães, o suplente de vereador Alvimar Gomes Leal, os srs. Silvio Valim e Brasílio Valim e o dr. Antônio Campos.

A professora Ruth Santana, que

criou e dirige um orfanato no Méier, emocionou os presentes ao descrever a luta que tem travado para manter essa obra de assistência social. Apesar de todos os seus esforços, ainda não conseguiu receber os 400 mil cruzeiros de uma subvenção já votada pela Câmara Municipal e incluída no orçamento.

Oferecendo todo o apoio à iniciativa, discursou o deputado Lício Hauer, presidente da União Nacional dos Servidores Públicos.

Entre as reivindicações imediatas dos moradores do Méier estão a construção do Hospital Salgado Filho pela PDF, de abrigos nos pontos de ônibus, uma passagem subterrânea, a construção de um parque de diversões e de um campo de futebol para o esporte amador.



A perspectiva de uma longa viagem de pé, cansado do trabalho, conduz o carioca a verdadeiras acrobacias para conseguir um assento

REFORMA AGRÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

- RESSURGE O PROJETO ALVAREZ
- SÓ ATINGIRÁ TERRAS DO ESTADO
- POSSIBILIDADES DE APROVAÇÃO

A 25 de março de 1955 o deputado Pedro Alvarez apresentava, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o projeto de lei regulamentando o dispositivo da Constituição estadual que determina, em seu Artigo 174, Parágrafo 4º: "O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo planos de colonização ou instalação de granjas coletivas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as não socialmente aproveitadas".

Esse projeto, na época, teve grande repercussão, não apenas entre os membros da Assembleia Legislativa, como em todo o Rio Grande, através da imprensa.

O dispositivo constitucional que o projeto de lei regulamenta, e explicito, e acrescenta ao que acima transcrevemos: "Atendendo ao interesse social, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias tenha a ter parte em terra e meios de produção".

vimento da técnica moderna de trabalho agrícola e pecuário. Da terra cultivada no Rio Grande do Sul, observava o sr. Pedro Alvarez, 87% de área desconhecida qualquer espécie de máquina, o que acarretava baixo rendimento do trabalho e consequentemente pobreza geral. Hoje a situação é praticamente a mesma.

A distribuição das terras deveria processar-se em alguns casos segundo os planos oficiais de colonização, tendo-se em vista as necessidades de produção do Rio Grande, o melhor aproveitamento dos transportes e as condições especiais do solo. Planos urgentes de colonização e distribuição de terras seriam postos em prática a requerimento de grupos de trabalhadores em terras não inferiores a cem. Facilidades, inclusive passes livres nas ferrovias do Estado, seriam concedidas aos dirigentes de associações de agricultores interessados na promoção de planos de colonização e distribuição de terras segundo os termos do projeto. Problemas como o da escolha de pontos de moradia nas terras divididas seriam resolvidos em assembleias gerais das associações agrícolas.

As atas de suas reuniões seriam registradas no Cartório de Títulos e Documentos. Depois de um ano de exploração da terra pelos novos proprietários, a coletividade deveria reunir-se de novo, a fim de decidir, livremente, sobre a constituição, ou não, de uma cooperativa. Essa reunião contaria com a presença de um assessor especializado do Estado, para isso convocado pelos promotores da assembleia. Nos casos de necessidade de financiamento o Banco do Rio Grande do Sul atenderia dentro de 15 dias a requisição de crédito, a juros de 6%, sendo o Estado fiador da operação.

SITUAÇÃO REAL

Valendo-se de dados do Departamento Estadual de Estatística, o autor do projeto de reforma agrária observava que para uma população rural de dois milhões e oitocentos mil, o número de proprietários ativos de novecentos mil, o número de propriedades rurais no Estado era de duzentas e setenta e seis mil e seiscentos e dezesseis. Os agricultores pobres e assalariados eram 700.000; os assalariados agrícolas, 300.000; os agricultores sem terra: 400.000 e os latifundiários ou proprietários de terra: além de 500 hectares apenas 7.400.

O PROJETO

Partindo-se nos termos do dispositivo constitucional, o projeto Pedro Alvarez previa a distribuição de terras de domínio do Estado, ou pertencente a particulares, mediante desapropriação, quando não aproveitadas.

Nos casos de aproveitamento da terra para criação de gado, o proprietário ficava obrigado a utilizar metade dessas terras em pastagem artificial.

PROJETO RENOVADO

Na atual legislatura o sr. Pedro Alvarez renovou seu projeto, no sentido de que sejam distribuídas terras só do Estado, não cultivadas, tais como as terras do IRGA, da Estação Experimental de Taquari e da Fazenda do Armoir, já desapropriada. O processo de entrega será o mesmo do projeto de 25 de março de 1955.

PROBABILIDADES

Atenuado em sua forma nova, que nem ao menos atingiu em sua plenitude a determinação constitucional, o projeto Pedro Alvarez não pode encontrar pela frente nenhuma oposição seriamente fundamentada. São os inimigos declarados da reforma agrária, os os defensores ostentivos do sistema latifundiário poderão opor-se ao projeto Pedro Alvarez.

Convém ao mesmo tempo que se leve em conta a circunstância de que a atual composição da Assembleia Legislativa Riograndense é bem melhor que a de 1955. Sua maioria é composta de trabalhistas, comprometidos, não apenas através do programa do partido, como também por meio de definições pessoais, com a luta pela reforma agrária. O total da Assembleia é de 55 membros dos quais 24 trabalhistas. Há também três membros do PPP e dois do PSP, que constituem, com a representação do PTB, a maioria. Os demais pertencem ao PDC, ao PSD, à UDN e ao PL. O deputado Pedro Alvarez pertence ao PR. Nas diversas bancadas partidárias há um bom número de representantes comprometidos com a campanha da reforma agrária, que vem provocando interesses crecente em todo o interior do Rio Grande.

Assim, apresentam-se favoráveis as possibilidades, quanto à aprovação do projeto Alvarez, em sua nova forma.

ENGAVETADO

Em sessão do período de discussão em plenário, o projeto Pedro Alvarez foi encaminhado numa das comissões da Assembleia, de nada valendo os repetidos protestos do autor, que não se contentou com aquele encaminhamento irregular.

Ao justificar a proposição o sr. Pedro Alvarez, em discurso, chamou a atenção dos legisladores riograndenses para a situação de crescente miséria em que se encontrava e ainda se encontra a grande massa do trabalhador rural que não possuiem terra. E mesmo entre os pequenos proprietários agrícolas a situação não era boa, devido à influência negativa do latifúndio, a impedir o desenvol-

CARTAS DOS LEITORES

Do leitor Torres Jr. recebemos interessante carta contendo uma série de sugestões relativas a NOVOS RUMOS. O sr. Torres Jr., aliás, já havia, pelo telefone, transmitido algumas de suas observações a um de nossos redatores. Consideramos que a sua apreciação sobre este jornal inclui diversos aspectos justos, que procuraremos levar em conta. Pelo interesse que tem a sua carta, entretanto, pedimos ao sr. Torres Jr. que apareça em nossa redação. Uma conversa pessoal será, naturalmente, mais proveitosa.

O sr. Diogo Soares Cardoso dirigiu-nos uma carta saudando o aparecimento de NOVOS RUMOS e, ao mesmo tempo, fazendo algumas críticas ao jornal. A primeira se referia ao papel, de qualidade inferior, em que foi impresso o nosso primeiro número. Este defeito já foi sanado. Outra crítica mencionava o fato de não termos abordado o problema da Central do Brasil, tão sentido pelo povo carioca. Já no presente número publicamos uma matéria sobre o assunto.

Escreveu-nos o sr. Francisco Rocha de Mesquita (S. Paulo), estudante secundário. Depois de aplaudir o lançamento de NOVOS RUMOS critica o pouco destaque dado às matérias sobre as reivindicações e as lutas dos estudantes. É uma crítica justa. Neste número publicamos, com o devido destaque, matérias sobre a greve dos secundaristas, inclusive a reportagem de um enviado especial de NOVOS RUMOS a Goiânia.

Insistimos no pedido aos nossos leitores e amigos para que nos enviem suas observações e críticas relativas a este semanário.

REBELIÃO NO IRAQUE: TRAMA IMPERIALISTA

As primeiras horas de domingo, 8 de março, irrompeu no Iraque uma revolta da 5a. Brigada do Exército acantonada na região petrolífera de Mossul. Chefiava-a o coronel Abdel Chauaf.

A réplica não se fez esperar. Vela acompanhada de espontânea mobilização popular contra os rebeldes. Surgiram imediatamente unidades de voluntários, formadas por operários e estudantes, decididos a defender a República e as conquistas de 14 de julho do ano passado.

Ante os acontecimentos de domingo, um telegrama de Washington afirmava que "o governo americano não se surpreendeu".

Nem podia surpreender-se. Nos últimos tempos, as agências telegráficas americanas vinham intensificando seus ataques contra o governo de Karim Kassem, tachando-o mentrosamente de "comunista" ou "flocomunista".

Preparava-se assim o ambiente internacional para o golpe. Internamente trabalhavam os agentes dos imperialistas. Nas fronteiras, os Estados Unidos firmavam, a 5 de março, um pacto militar com o Irã, Turquia e Paquistão, num verdadeiro cerco do Iraque. Era a contrapartida pelo estrondoso fracasso da intervenção armada dos Estados Unidos e Inglaterra contra o Líbano e Jordânia depois da revolução de 14 de julho em Belrute.

O movimento rebelde do coronel Chauaf deveria coroar o jogo dos monopólios petrolíferos contra aquele país árabe.

Fracassou, foi totalmente esmagado e seu chefe morto. Mas pode reeditar-se. Trata-se de algo vital para os trustes internacionais: petróleo. E petróleo justifica tudo: intervenções militares, golpes-de-estado, assassinatos, todos os crimes possíveis e imagináveis.

Há natural regozijo pelo malogro da consagração no Iraque. Mas não nos admiramos se ela rebentar novamente.

te, com maior virulência ainda. Enquanto as potências imperialistas mantiverem posições no Oriente-Médio, tramarão contra a independência e a liberdade dos povos árabes.

A "INFELICIDADE" DA SRA. LUCE

Os telegramas de Washington, nos últimos dias, deram conta de certa preocupação dos meios políticos ianques com a "possível repercussão" no Brasil dos acontecimentos que se seguiram, na Bolívia, à publicação de um artigo na revista "Time", insultuoso para a Nação vizinha. Diversos senadores, entre os quais o influente líder "democrata" Fulbright, exprimiram temor de que a nomeação da sra. Clare Booth Luce como embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, fosse mal recebida em nosso país após os acontecimentos de La Paz. A sra. Luce é esposa do sr. Henry Luce, diretor-proprietário do "Time", e com ele é ativa representante do "big business" na cúpula do Partido Republicano.

Nada mais compreensível do que este "temor" dos políticos ianques. A provocação do "Time", e suas violentas consequências, tornaram uma vez mais evidente, para milhões e milhões de latino-americanos, o verdadeiro papel do imperialismo ianque na América Latina. Em particular, os fatos tornaram impossível esconder para o grande público as íntimas ligações entre o Departamento de Estado, e os círculos mais reacionários do capital monopolista norte-americano, de que o "Time" é reconhecido porta-voz. Note-se que, até o momento, não houve desmentido do Departamento de Estado às declarações que o "Time" atribuiu ao seu funcionário em La Paz.

"O Globo", "mais realista que o rei", correu em defesa de Mrs. Luce, declarando absurda a tese de que ela estivesse implicada na provocação do "Time", pois não foi responsável pelo artigo em questão. E' levar o caso para o terreno do ridículo. Não é absolutamente necessário que a sra. Luce, ou outro qualquer agente imperialista, escreva artigos para revistas para que fiquem evidenciadas, aos olhos da opinião pública, as estreitas relações entre esses agentes dos monopólios ianques, e o Departamento de Estado, e a "grande imprensa" dos Estados Unidos.

Não é Comunista

Leitores de Barra do Piraí, Estado do Rio, comunicam-nos, e por nosso intermédio aos trabalhadores e ao povo, que o sr. José Alexandre Lima, por sua atividade divisionista e de luta aberta contra os interesses populares, não interrompeu o pensamento dos comunistas e não pode, pois, falar em agir em seu nome.

Contra a Carestia: Povo no Catete

(Conclusão da 1ª página) ração de uma grande assembleia popular contra a carestia, programada para o dia 22 do corrente, às 9 horas, no Estádio da Moca.

FATORES DE CARESTIA

O deputado Salvador Losacco, presidente do Pacto de Unidade Inter-sindical, antecipando à nossa reportagem algumas conclusões a que chegaram os trabalhadores paulistas sobre os fatores de enriquecimento do custo de vida, declarou:

— Reclamaremos, no memorial a ser entregue ao presidente da República, a revogação das Instruções 113, 175, 166 e 167 da SUMOC, cujos efeitos têm sido desastrosos para a indústria nacional, com reflexos negativos na economia popular. A base dessas Instruções e de outras do mesmo naipe — prosseguiu — é a criação de bilhões de dólares são suzados anualmente do Brasil. A Light, por exemplo, em 23 de maio de 1953 transferiu lucros para sua sede, ao câmbio favorecido, no valor de 24 milhões, 995 mil 406

dólares e 80 centavos, não tendo pago nem mesmo o imposto de renda sobre essa remessa.

Também a política tributária e a política de crédito bancário utilizadas atualmente pelo governo, serão objeto de críticas e sugestões no memorial. Referindo-se à questão do crédito bancário, declaramos o deputado Losacco:

— Esse é um outro fator de carestia, pois, além de caro, é concedido de acordo com uma política discriminatória, prejudicando, frequentemente, o pequeno produtor. A política creditícia tem sido orientada no sentido de emprestar muito dinheiro a pouca gente e, em geral, aos trustes.

Tive conhecimento — acrescentou — de que certa agência do Banco do Brasil, em São Paulo, dispoñdo de 114 milhões de cruzeiros destinados à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, emprestou a apenas duas firmas — a SANBRA e a Anderson Clayton — a importância de 60 milhões, isto é, mais da metade. E do restante também outras poderosas empresas estrangeiras participaram, como a American Can.

OUTRAS MEDIDAS
Outras medidas serão reclamadas no memorial, informarmos ainda o deputado Losacco. Entre elas, a participação dos representantes das entidades sindicais, estudantis e populares nos órgãos encarregados da política de abastecimento, de controle e fiscalização de preços.

VENDA DE NORDESTINOS

ANA MONTENEGRO

Na minha terra, as histórias corriam de boca em boca, vindas do século passado, do ano de 1888, trazidas pelos sobreviventes da seca que durou três anos, e mais tarde foram repetidas pelos seus filhos, também sobreviventes da seca de 1915, e pelos filhos de seus filhos, em todos os anos que marcaram a tragédia dos nordestinos. Eram histórias dolorosas. Histórias de homens que morriam de febre nas florestas amazônicas. De outros que se arrastavam pelas estradas, buscando a miragem das grandes cidades, as margens enganosas dos grandes rios. De crianças enterradas sem a lembrança de uma flor, sem um gesto de despedida. De mães desesperadas em busca de um lugar onde pudessem, ao menos, lembrar-se dos filhos que morreram pedindo um pedaço de pão, onde pudessem chorar pelos pequeninos que, por tão pouco, deixaram de sorrir, deixaram de viver. Nenhuma daquelas histórias, porém, falava de transações em que a mercadoria fossem homens, em que os lucros fossem a liberdade desses homens. Mas, agora, Manoel da Costa Santos e Maria Francisca Santos foram vendidos na cidade mineira de Montes Claros, ao preço de Cr\$ 4.000,00, como uma parêla de animais. Naquela cidade e em outras do interior funcionam postos de venda de nordestinos. Felizmente, essa compra foi realizada por dois repórteres e serviu para denunciar o infame comércio. Infelizmente, pela circunstância miseráveis, em que migram, desamparados daquela proteção dada aos imigrantes estrangeiros, não serão esses os últimos nordestinos vendidos aos fazendeiros, para um trabalho que não dignifica.

E ainda existem os que defendem esse modo de vida, um sistema social que é representado pelo direito de dispor, mesmo vendendo e comprando gente, da vida, da felicidade e da liberdade de semelhante. Essa venda de nordestinos é, apenas, mais um episódio da longa história do monopólio da terra, das verbas desviadas para o enriquecimento e vitórias eleitorais de alguns políticos. E' a longa história da falta de planificação dos governos. Não basta aos nordestinos perderem os lares, a espera da colheita, a esperança da chuva no dia seguinte, os filhos, quem, também, tirar-lhe os dias futuros?

Diante do olhar tão doce de Maria Francisca, que perdeu todos os filhos e quase se tornou escrava em pleno século chamado da luz, não é possível deixar de mal-dizer tudo e todos que distribuem tão mal os frutos da terra, as rosas dos jardins, os sorrisos das crianças, os bens da vida, os direitos à felicidade.

COQUETEL DE "NOVOS RUMOS" NA A.B.I.



A noite de 6 de março, a Redação de «NOVOS RUMOS» ofereceu na A.B.I. um coquetel a jornalistas, personalidades, líderes sindicais, assinando a saída deste semanário.

Entre os presentes encontravam-se Luis Carlos Prestes, Abel Chermont, presidente do movimento da paz no Brasil, o escritor Astrojildo Pereira, o humorista Barão de Itararé, os jornalistas Fernando Segismundo, secretário da A.B.I., João Antônio Mespiê, do Sindicato dos Jornalistas, Marcelo Tavares, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Maurício Lacerda Caminho, de «O Semanário», Luis Beltrão, Otacilio Lopes, 2.º Vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Aristeu Aquiles, secretário geral da Comissão Organizadora do 7.º Congresso dos jornalistas, José Frederico Sobrinho, do Sindicato dos Jornalistas de Minas, Antônio Pereira Filho, secretário do Sindicato dos Bancários do DF, Julio Cesar Mosche, representante da Federação argentina dos Trabalhadores de Imprensa e delegado fraternal à Convenção nacional dos jornalistas, além de vários representantes da imprensa nos Estados que participavam da Convenção Nacional dos Jornalistas. O encanto decorreu num ambiente amistoso. Na foto acima aspecto parcial dos numerosos jornalistas e personalidades que compareceram ao coquetel.

25% de aumento para os comerciários do D. Federal

Os comerciários do Distrito Federal decidiram em assembleia, aceitar a proposta de 25% de aumento dos salários, resultantes de entendimentos havidos entre a Federação dos Empregados no Comércio e o Sindicato dos Lojistas.

A Federação havia se dirigido aos empregadores solicitando que, ante o excepcional aumento verificado no custo da vida a partir da conclusão dos acordos salariais em vigor, em que são parte os seus filiados, fosse concedida um abono de 30% a ser pago até o término dos referidos acordos quando seria negociado um novo aumento de salário. O Sindicato dos Lojistas respondeu propondo um aumento de 25% a partir de 1.º de março em curso.

NOVOS RUMOS

Director — Mario Alves

Redator-chefe — Orlando Bonfim Jr.

Secretário — Fragmon Carlos Borges

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 267, 17.º andar, S/1718 —
Telefone: 42-7344

Gerência: Av. Rio Branco, 267, 9.º andar, S 905

Enderço telegráfico — NOVOS RUMOS

ASSINATURAS

Anual — Cr\$ 250,00
Semestral — Cr\$ 130,00
Trimestral — Cr\$ 70,00

Aerea ou sob registro, despesas a parte

Número atualizado — Cr\$ 5,00
Número atrasado — Cr\$ 8,00

Aguardada a Decisão Num Processo Contra Prestes

Espera-se para breve o julgamento de um dos rumorosos processos instaurados contra Luis Carlos Prestes e outros patriotas, ob a jurisdição do juiz Fontes Faria. Trata-se do processo contra Prestes

e 26 jornalistas, ex-parlamentares comunistas e operários. O promotor Hélio Pena e Costa pediu a condenação. O juiz Fontes deu vistas à defesa para arrazoar. Caberá, em seguida, a esse magistrado variar a decisão.

NOVOS RUMOS

SEMANA EM FOTOS



CONVENÇÃO DOS JORNALISTAS

De 5 a 7 do corrente, jornalistas profissionais de todo o país reuniram-se nesta Capital, ocasião em que adotaram importantes resoluções. Leia reportagem na 5.ª página. Na foto, vista parcial do plenário da Convenção.



PARTIDARIOS DA PAZ EM MOSCOU

Em fevereiro último, teve lugar em Moscou uma reunião do Bô do Conselho Mundial da Paz. Dela participaram personalidades de numerosos países, inclusive Brasil (escritor Jorge Amado e sararitarista Valério Konder). Nesta foto, vemos da esquerda para a direita: Holland Roberts, o famoso cantor Paul Robeson e o escritor soviético Alexandre Korneitchuk (Foto TASS).



OS BURACOS DA PREFEITURA

Uma das metas anunciadas pelo atual Prefeito Sá Freire Alvim é entupir os buracos (sem conta) que se espalham por toda a cidade. Mas a Prefeitura abre buracos que esquece de fechar e vão se alargando com as enxurradas. Na foto uma verdadeira vala, no Estácio, no meio da rua, foco de mosquitos e imundície, constituindo também um perigo para as crianças e também para os adultos.



NO PEITO — Havia um muro, neste local. Contudo, acuados, pela sanha assassina dos esbirros goianos os estudantes transformaram-no em trincheira e a pouco e pouco converteram-no em projéteis defensivos. O muro foi derubado a peitada:



MALABARISMO? NAO: CENTRAL

Sim, não se trata de qualquer circo. É simplesmente um espetáculo diário da Central do Brasil. Ante as avalanchas humanas que superlotam os trens, os mais ágeis emiram pelas janelas. Cada um tem seu horário, que não pode perder. E como os trens são poucos e em horários irregulares, todos correm e se atropelam. Reportagem na 12.ª pág.

3 MAY 27
Copy 1960

CONTRA A CARESTIA: POVO NO GATETE

ANO I — RIO, SEMANA DE 13 A 19 DE MARÇO DE 1959 — N.º 3

CARAVANA PAULISTA TRARÁ (DIA 19) 800 PESSOAS REPRESENTANDO 7 FEDERAÇÕES OPERÁRIAS, 194 SINDICATOS, 300 ORGANIZAÇÕES POPULARES, 125 GRÊMIOS ESTUDANTIS — DELEGAÇÕES DE MINAS E RIO GRANDE DO SUL — APOIO DOS TRABALHADORES CARIOCAS — O DEPUTADO LOSACCO ANTECIPA A "NOVOS RUMOS" ALGUNS PONTOS DO MEMORIAL QUE SERÁ ENTREGUE A JK — (Reportagem na 1.ª página)

NOVOS RUMOS

REDAÇÃO: AV. RIO BRANCO, 257 — SALA 1712

NA RAIZ DA CARESTIA

**DÓLAR QUE ENTRA,
MAIS CARO; DÓLAR
QUE SAI, MAIS
BARATO**

TEXTO NA 3.ª PÁGINA

*

**ROBORÉ: AMEAÇA A
PETROBRÁS E A
AMIZADE
BRASILEIRO --**

BOLIVIANA

ARTIGO DE FERNANDO
LUIZ LOBO CARNEIRO

NA PÁGINA 6



Deputado Salvador Romano Losacco